

Deste modo, as Respostas Sociais dirigidas a jovens desempregados, para além de terem de ter em conta as diversas situações que esta realidade abrange, devem ter em conta as especificidades do padrão locativo deste fenómeno e, por isso, registar uma incidência espacial diferenciada.

### Mulheres

Nos últimos anos, tem-se registado uma crescente feminização do mercado de trabalho. No entanto, esta tem estado associada a várias situações de discriminação, ao nível da remuneração e do acesso a determinados empregos, o que conjugado com estruturas sociais que conferem à mulher obrigações familiares avolumadas, faz com que estas constituam um grupo socialmente vulnerável.

Compreende-se, por isso, que o desemprego e as várias formas de trabalho precário tenham maior incidência no sexo feminino. Os indicadores de emprego evidenciam esta situação. No ano 2001, em Cascais 56% dos desempregados à procura do primeiro emprego e 52,6% dos desempregados à procura de um novo emprego eram mulheres<sup>5</sup>, assim como 52% dos beneficiários de prestações de desemprego, em 2003, também eram mulheres<sup>6</sup>.

Todavia, importa sublinhar que no período entre os dois recenseamentos, se registou uma ligeira diminuição do total de população feminina desempregada (que passou de 57,7% em 1991 para 53,4% em 2001), assim como da população feminina à procura do primeiro emprego (de 60,8% em 1991 para 56,0% em 2001), o que, em parte, se explica pelo aumento considerável dos níveis de instrução das mulheres jovens, que se apresentam superiores aos do sexo masculino. Não obstante algumas tendências de transformação, constata-se que também o trabalho a tempo parcial continua a ser um fenómeno essencialmente feminino.

**Quadro 7 – População empregada e desempregada, no concelho de Cascais, em 1991 e 2001 (%)**

Indicadores Estatísticos	1991		2001	
	H	M	H	M
<b>População Desempregada</b>				
População Desempregada Total	42,2	57,7	46,6	53,4
À Procura do 1º Emprego	39,2	60,8	44,0	56,0
À Procura de Novo Emprego	43,0	57,0	47,4	52,6
<b>População Desempregada por Níveis de Instrução</b>				
Sem Nível de Ensino	*	*	48,4	51,6
Ensino Básico	*	*	48,5	51,5
Ensino Secundário	*	*	47,3	52,7
Ensino Superior	*	*	41,7	58,4
<b>População Empregada, por Conta de Outrém, segundo o Número de Horas de Trabalho</b>				
De 1 a 5 horas	17,5	82,5	29,2	70,8
De 5 a 15 horas	42,3	57,7	36,4	63,6
De 15 a 30 horas	29,9	71,0	27,2	72,8

\* Para o ano de 1991, não se teve acesso a esta informação discriminada pelo sexo.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 1991 e 2001.

Correlativamente a este cenário, as mulheres revelam uma vulnerabilidade económica superior à dos indivíduos do sexo masculino, que se apresenta tanto mais acentuada quanto menores são os seus níveis de instrução. Tal facto coloca-as mais facilmente numa situação de precariedade e exclusão social, e reafirma o papel crucial de políticas sociais com vista à sua integração no mercado de trabalho.

<sup>5</sup> Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

<sup>6</sup> Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2003.

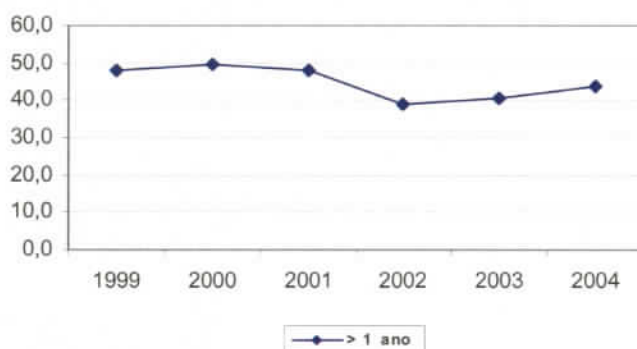


**Desempregados de Longa Duração**

Entende-se por desempregados de longa duração, os indivíduos que se encontram afastados do mercado de emprego há mais de um ano. Este público-alvo constitui uma problemática relevante, uma vez que lhe são inerentes um conjunto de questões estruturais de resolução complexa.

De acordo com o Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Cascais tem registado uma evolução positiva, na medida em que se passou de 48% de desempregados de longa duração, em Agosto de 1999, para 44% em Agosto de 2004.

**Figura 17 – Evolução dos desempregados de longa duração, no concelho de Cascais (nº)**



Fonte: Estatísticas Mensais do Centro de Emprego, IEFP, Ministério da Segurança Social e do Trabalho.



O aumento do desemprego na população com 55 ou mais anos encontra-se estreitamente relacionado com as reestruturações que o mercado de trabalho tem sofrido nos últimos anos, designadamente, com a intensa reconversão tecnológica, que tem conduzido à supressão de empregos. Este aspecto adquire contornos preocupantes, na medida em que se trata de uma população que não se encontra em idade de reforma e, na maioria das vezes, tem baixas qualificações pelo que a sua reinserção no mercado de emprego é extremamente difícil.

**Quadro 8 – Desempregados por tempo de inscrição e grupo etário, no fim do mês de Agosto, no Centro de Emprego de Cascais, entre 1999 e 2001**

Anos	Total	Grupo Etário (%)			
		< 25	25 a 34	35 a 54	55 ou +
Agosto de 1999	10 934	13,0	21,9	42,2	22,9
Agosto de 2000	9 564	10,9	20,7	42,1	26,3
Agosto de 2001	10 379	11,6	21,1	40,7	26,6
Agosto de 2002	10 567	11,4	23,1	39,8	25,7
Agosto de 2003	13 514	9,9	25,4	39,8	24,9
Agosto de 2004	12 694	8,6	23,4	41,5	26,5

Fonte: Estatísticas Centros de Emprego, IEFP, Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

A dificuldade prolongada de inserção no mercado de emprego conduz a um leque diversificado de problemas, como o estímulo ao crescimento da economia informal, à multiplicação de factores de exclusão e marginalização social e, subseqüentemente, ao aumento dos encargos sociais. Face a estas circunstâncias os desempregados de longa duração constituem um público-alvo da Carta Social.

### Pessoas com Deficiência

A problemática da população em idade activa portadora de deficiência em situação de desemprego é um problema ambíguo, na medida em que aos factores de desemprego e pobreza acrescem problemas de saúde, o que favorece situações de exclusão social.

Em 2001, em Portugal Continental e na Região de Lisboa e Vale do Tejo, apenas 29% e 33%, respectivamente, da população portadora de deficiência tinha actividade económica. Todavia, de entre esta somente 10% no país e 11% na Região de Lisboa e Vale do Tejo estavam desempregadas. A diminuição do desemprego na população portadora de deficiência com actividade económica é o reflexo do trabalho que tem sido desenvolvido, nos últimos anos, na sensibilização do problema da exclusão social, com base na discriminação da população portadora de deficiência.

Com base nos Censos de 2001, constata-se que Cascais tem acompanhado esta tendência, na medida em que 65% da população deficiente não tinha actividade económica e, dentro da população com actividade económica, apenas 10% se encontrava desempregada. Este constitui um indicador positivo, especialmente, quando comparado com outras realidades metropolitanas, em particular, Amadora e Loures onde a população portadora de deficiência em situação de desemprego alcança percentagens de 12% e 11,2%, respectivamente.

Na análise por género, ocorre uma forte disparidade na incidência do desemprego, observando-se uma maior expressão no sexo masculino (61,1%). Igualmente relevante é a constatação de que os deficientes visuais são os mais afectados pelo desemprego (33,5%), ainda que esta não seja o tipo de deficiência mais numeroso no concelho. Relativamente ao principal meio de vida, verifica-se que apenas 29,3% da população deficiente vive do seu trabalho, 12,6% depende do apoio familiar e 1,4% vive de rendimentos de propriedade ou empresas, o que indica que mais de metade desta população (54,8%) depende de subsídios ou pensões, de carácter permanente ou temporário.

**Quadro 9 – Indicadores relativos à população residente em Cascais, portadora de deficiência, em 2001 (N.º)**

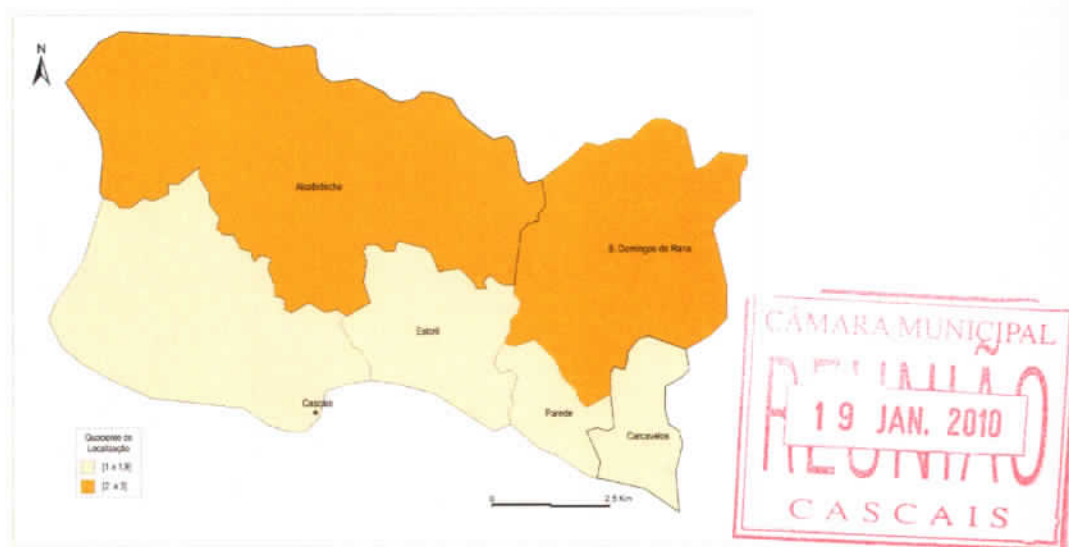
Indicadores	Tipo de Deficiência						
	Total	Auditiva	Visual	Motora	Mental	Paralisia Cerebral	Outra Deficiência
<b>População Portadora de Deficiência</b>	<b>9 751</b>	<b>1 546</b>	<b>2 186</b>	<b>2 287</b>	<b>914</b>	<b>143</b>	<b>2 675</b>
<b>Condição Perante a Actividade Económica</b>							
População empregada	3 076	510	1 020	597	90	6	853
População desempregada	334	53	112	52	27	1	89
<b>População Sem Actividade Económica</b>	<b>6 341</b>	<b>983</b>	<b>1 054</b>	<b>1 638</b>	<b>797</b>	<b>136</b>	<b>1 733</b>
<b>Principal Meio de Vida</b>							
Trabalho	2 857	493	964	549	68	5	778
Rendimentos de propriedade ou empresa	135	29	24	39	7	-	36
Subsídio de desemprego	153	29	35	25	8	-	56
Subsídio temporário por acidente/doença trab.	128	13	11	36	16	1	51
Outros subsídios temporários	27	5	5	5	4	-	8
Rendimento mínimo garantido	102	14	16	26	7	3	36
Pensão/Reforma	4 794	755	770	1 312	543	72	1 342
Apoio Social	136	13	18	27	50	9	19
A cargo da família	1 232	170	301	226	196	49	290
Outra situação	187	25	42	42	15	4	59

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.



A análise da estrutura interna do Concelho de Cascais, no que trata à localização da população portadora de deficiência em situação de desemprego denota uma sobre-representação deste fenómeno em todas as freguesias. Contudo, evidencia-se uma cisão territorial pautada pela incidência mais acentuada nas freguesias do interior do que do litoral, o que traduz a maior expressividade do desemprego e da população deficiente nas freguesias de Alcabideche e de São Domingos de Rana.

**Figura 18 – Quociente de localização da população deficiente desempregada, no concelho de Cascais, em 2001**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

Contrariamente ao constatado em outros público-alvo, a dupla integração de pessoas com desvantagem física ou psíquica (no quadro social e no mercado de trabalho) não constitui um problema recente, no entanto, exige-se uma abordagem mais integrada por parte das políticas sociais, dada a pluralidade de aspectos que lhe estão associados e aos impactes resultantes.

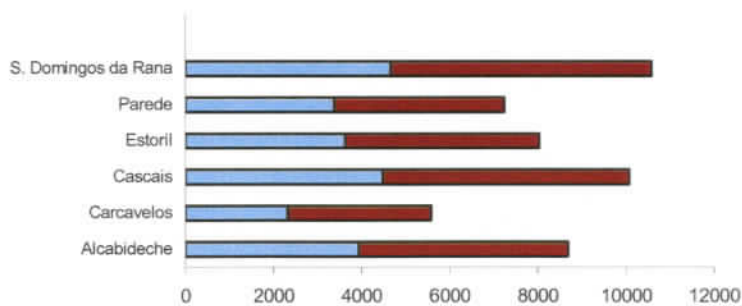
### **Pensionistas por Velhice**

O aumento da esperança média de vida e a desarticulação da família tradicional, que se tem registado nos últimos anos, nem sempre tem sido acompanhado de um apoio social capaz de assegurar uma qualidade de vida razoável à população idosa.

Entre 1991 e 2001, evidenciando o aumento da população idosa na estrutura etária da população concelhia, registou-se um acréscimo de 24% do número de pensionistas por velhice no município<sup>7</sup>. Embora a maior parte das freguesias registem comportamentos muito idênticos, com variações entre os 20% e os 27%, Carcavelos e Parede distinguem-se deste padrão. Em Carcavelos, o crescimento do número de pensionistas por velhice atingiu as maiores proporções (acréscimo de 40,9%), enquanto que na freguesia da Parede, a variação, foi de apenas 14%.

<sup>7</sup> Fonte: Câmara Municipal de Cascais, Gabinete de Estatística, 2005.

**Figura 19 – Pensionistas por velhice, por freguesia, no concelho de Cascais, em 1991 e 2001 (nº)**

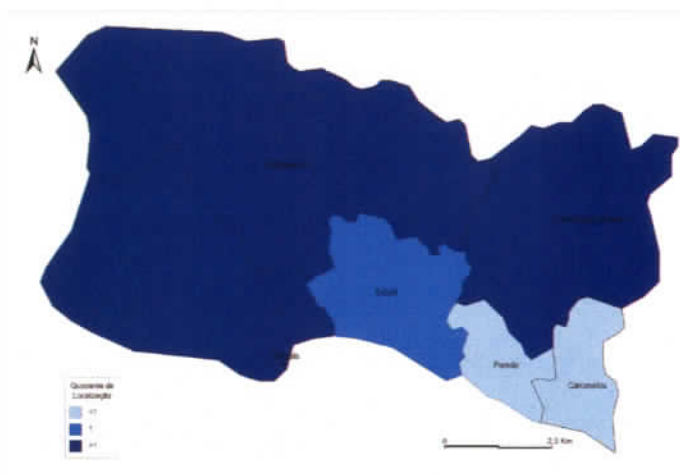


Fonte: Gabinete de Estatística da Câmara Municipal de Cascais.



O padrão locativo da população pensionista por velhice em Cascais é marcado por três realidades distintas. Nas freguesias de Carcavelos e Parede existe uma sub-representação deste grupo, o que se explica pelo facto de serem as freguesias com os quocientes de localização de população idosa mais reduzidos do concelho. A freguesia do Estoril é a única que ilustra a realidade média concelhia (quociente de localização de 1,0). As maiores concentrações desta população ocorrem nas freguesias do interior (Alcabideche e São Domingos de Rana), pois são os territórios intra-concelhios cujos quocientes de localização denotam uma sobrerrepresentação (1,1; 1,3 e 1,2, respectivamente).

**Figura 20 – Quociente de localização dos pensionistas por velhice, no concelho de Cascais, em 2001**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

Atendendo que, em 2001, a maioria da população idosa de Cascais era inactiva (90,8%) e considerando que as pensões em vigor no país são, de um modo geral, baixas, muitos dos pensionistas por velhice, em particular os que não dispõem de outra fonte de rendimento, poderão viver próximos do limiar de pobreza. Este aspecto, quando articulado com factores de isolamento social e dependência, conduz a situações de exclusão social preocupantes, que acentuam a necessidade de dispor de Respostas Sociais que assegurem um conjunto de direitos. Procurando minimizar estes problemas, nos últimos anos, tem-se registado um crescimento e diversificação das Respostas Sociais no Concelho de Cascais.

**Quadro 10 – Pensões de invalidez e velhice, em vigor a partir de 1 de Dezembro de 2004**

Regime Geral: Anos de carreira contributiva	Valor mínimo (euros)
Menos de 15	216,79
15 e 16	233,10
17 e 18	236,01
19 e 20	238,82
21 e 22	255,36
23 e 24	259,29
25 e 26	263,16
27 e 28	265,70
29 e 30	266,81
31	310,56
32	313,03
33	315,64
34	317,67
35	319,83
36	325,01
37	327,03
38	328,96
39	332,41
40 e mais anos	333,51
RESSAA (Trabalhadores Agrícolas)	199,37
Regime Não Contributivo e Equiparados	164,17

Fonte: Segurança Social, 2005.

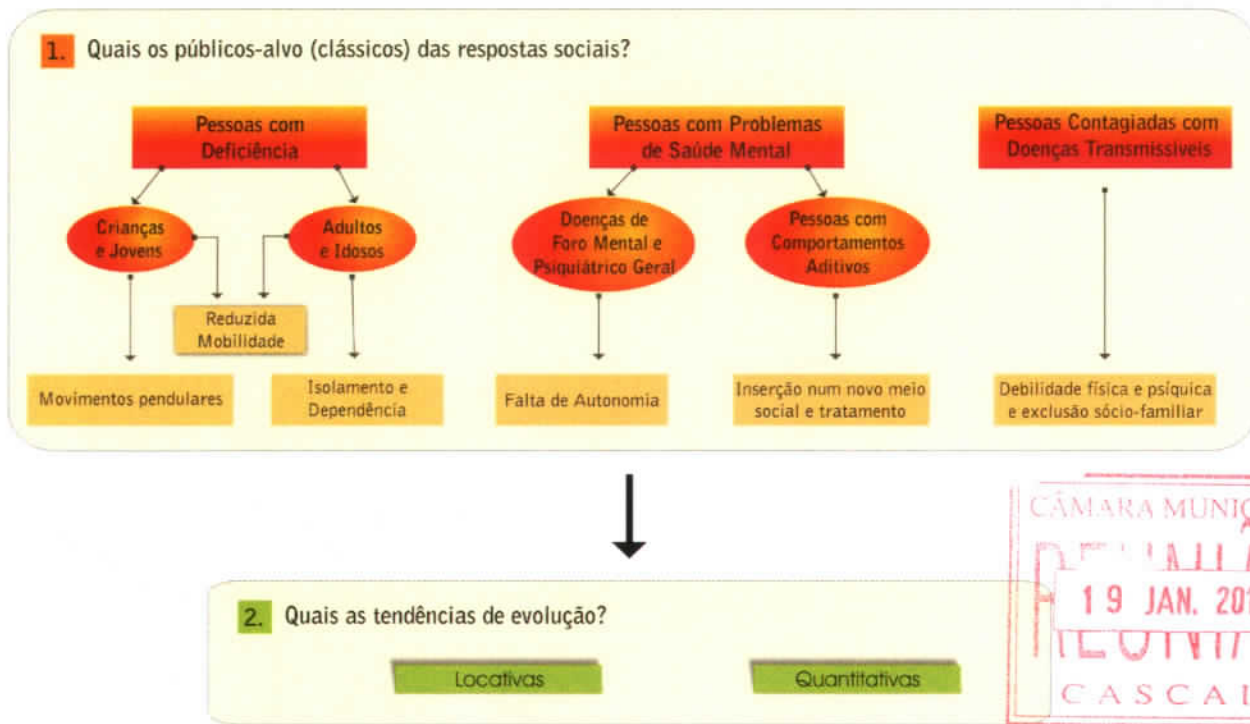
**2.4. Saúde**

A saúde constitui um domínio com relevância no âmbito social, na medida em que existe uma forte propensão para que algumas pessoas com problemas de saúde, em particular, quando afectadas por determinadas doenças infecto-contagiosas ou deficiências, sejam excluídas da sociedade, por falta de oportunidades ao nível do ensino e do emprego, podendo conduzir a situações de pobreza, marginalização ou exclusão social.

Dotadas de grande complexidade, pela matriz de problemas e impactes que lhe são inerentes, as questões de saúde incluem três grandes tipos de público-alvo: pessoas portadoras de deficiência; pessoas com doenças de foro mental e pessoas que padecem de doenças transmissíveis.

Embora a vulnerabilidade por motivos de saúde seja um facto transversal a todos estes segmentos, considera-se fulcral a análise individualizada de cada um dos grupos, uma vez que a cada um deles estão subjacentes especificidades que exigem Respostas Sociais distintas.

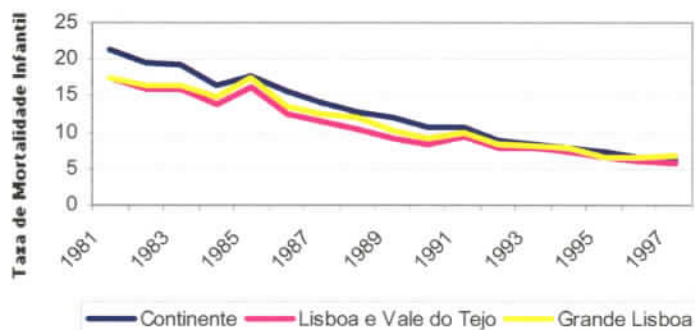
Figura 21 – Principais problemáticas associadas à saúde relevantes para a Carta Social



Tendo por base um dos principais indicadores de saúde (Taxa de Mortalidade Infantil), verifica-se que o país, Lisboa e Vale do Tejo e a Grande Lisboa têm registado um desenvolvimento progressivo, no decorrer dos últimos anos, uma vez que a taxa de mortalidade infantil tem registado um decréscimo significativo.

No contexto territorial da Grande Lisboa, Cascais regista a segunda taxa média de mortalidade infantil no quinquénio 1998/2002 mais reduzida (3,3‰), sendo apenas precedido pelo concelho de Odivelas (2,6‰)<sup>8</sup>. Este factor é bastante relevante, na medida em que é indicativo do bom nível de desenvolvimento do concelho.

Figura 22 – Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil, entre 1981 e 1997



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal – Séries Cronológicas.

<sup>8</sup> Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Retrato Territorial por NUTS e Concelhos / Distritos e Ilhas.

**Pessoas Portadoras de Deficiência**

Em 2001<sup>9</sup>, 6% da população residente no Concelho de Cascais era portadora de deficiência, uma realidade que afectava 13,1% das famílias clássicas do município, registando-se uma preponderância da população deficiente do sexo masculino (52,3%).

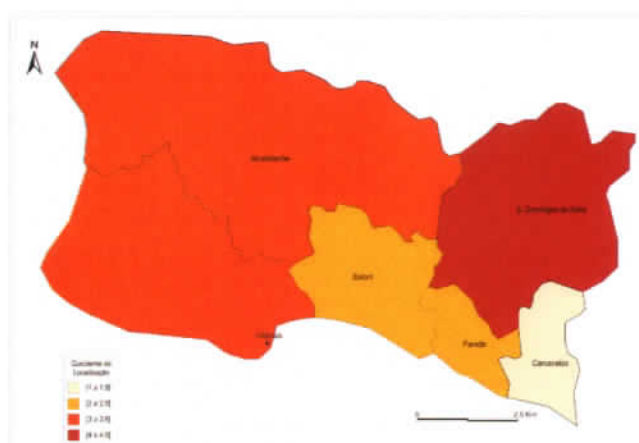
**Figura 23 – Famílias clássicas, segundo a dimensão e o número de deficientes, em Cascais, 2001 (nº)**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

Embora todas as freguesias do concelho apresentem acentuados quantitativos de população portadora de deficiência, verificam-se importantes disparidades entre elas. Em 2001, as freguesias de Carcavelos e de São Domingos de Rana registavam os padrões de localização mais contrastados com quocientes de localização de 1,8 e de 3,8 respectivamente. A distribuição deste grupo nas restantes freguesias aponta para uma distribuição mais equitativa.

**Figura 24 – Quociente de Localização da população portadora de deficiência, residente em Cascais, em 2001**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

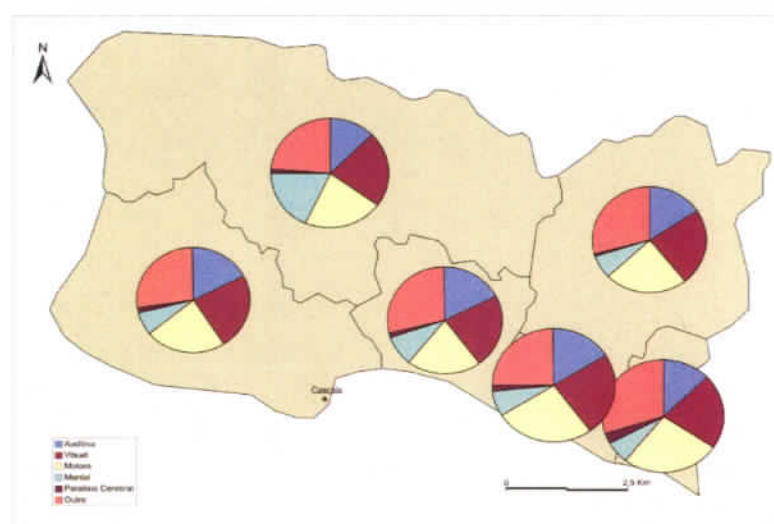
<sup>9</sup> Ponto Crítico: Foi no Recenseamento Geral da População de 2001, que pela primeira vez o INE fez um levantamento de informação estatística relativamente à população portadora de deficiência, logo não é possível a realização de análises evolutivas.



Em Cascais, em 2001, à semelhança do observado no país, registava-se uma dissonância entre os tipos de deficiência, sendo as deficiências motoras (23,1%) e visuais (22,7%) as que atingem maior expressão, enquanto que as de paralisia cerebral (1,6%) e mentais (9,6%) são menos relevantes<sup>10</sup>.

Em termos territoriais, verifica-se uma homogeneidade entre as freguesias. Regista-se apenas alguma disparidade na deficiência mental, uma vez que esta atinge uma percentagem mais elevada em Alcabideche (18%) comparativamente com as restantes freguesias, cujas percentagens oscilam entre os 6% e 9%. Esta situação resulta da existência de uma unidade residencial – Centro de Apoio Social do Pisão – destinada a pessoas com doenças mentais, nesta freguesia<sup>11</sup>.

**Figura 25 – Quociente de localização da população residente deficiente, segundo tipos de deficiência em Cascais, em 2001**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

No que concerne à repartição da população portadora de deficiência por grupos etários, de acordo com o último Recenseamento Geral da População do INE, constata-se que esta não é uniforme, uma vez que os jovens se apresentam diminutos comparativamente à população adulta. Todavia, dadas as particularidades inerentes a cada grupo etário, afirma-se como imprescindível a realização de duas leituras distintas: crianças e jovens *versus* população adulta, pois estes registam problemas específicos, próprios das suas idades que colocam múltiplos e distintos desafios às políticas sociais e exigem respostas específicas.

As *crianças e jovens* portadores de deficiência representam 5,2% do total da população deficiente no concelho<sup>12</sup>. Tratando-se de uma população que carece de maior acompanhamento e de cuidados de saúde mais exigentes, os movimentos pendulares adquirem contornos mais delicados do que comparativamente às outras crianças e jovens.

A *população adulta* portadora de deficiência constitui a grande parcela do universo populacional residente em Cascais com deficiência (87,7%). A questão do isolamento emerge como o aspecto mais

<sup>10</sup> Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

<sup>11</sup> Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

<sup>12</sup> Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

preocupante no que trata a esta população. Embora as famílias unipessoais constituídas por pessoas portadoras de deficiência representem apenas 1,6% do total de famílias clássicas, importa ter em conta que uma parte desta população poderá encontrar-se em situação de isolamento social, o que constitui um aspecto de grande relevância no contexto das redes sociais.<sup>13</sup> Face a este cenário, as Respostas Sociais assumem um carácter imprescindível, pois constituem, em muitos casos, a única forma de evitar a pobreza e a exclusão social. Considerando esta matriz de vulnerabilidade, têm sido criados em Cascais vários equipamentos e Respostas Sociais que proporcionam uma melhoria das condições gerais de vida a esta população.

### **Pessoas com Problemas de Saúde Mental**

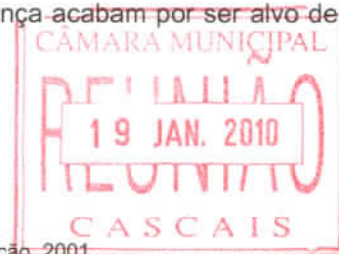
No terceiro censo psiquiátrico realizado em 2001, tendo por base as consultas, as urgências e os internamentos, verificou-se que, em Portugal<sup>14</sup>, os principais grupos nosológicos pelos quais se ocorre aos cuidados de saúde mental eram as depressões, as alterações associadas ao consumo de álcool e a esquizofrenia.

**Quadro 11 – Doentes registados, segundo grupos de patologias, em Portugal, em 2001 (n.º)**

Grupos de Patologias	Consulta	Urgência	Internamento
Esquizofrenia	30,6	2,7	66,7
Depressões	75,5	11,8	12,8
Oligofrenias	16,5	1,5	82,0
Alterações associadas ao consumo de álcool	48,3	21,0	30,8
Neuroses	75,8	12,4	11,9
Psicoses afectivas (sem depressão)	64,5	8,1	27,4
Reacção de ajustamento	81,9	12,0	6,1
Outros	78,5	6,5	14,9
Síndromes demenciais	36,8	8,0	55,2
Outras psicoses	54,5	8,0	37,5
Transtornos da personalidade	66,1	12,1	21,8
Alterações associadas ao consumo de drogas	54,2	30,7	15,2
D. do sistema nervoso e órgãos dos sentidos	43,2	3,98	52,9

Fonte: Ministério da Saúde, Direcção-Geral da Saúde.

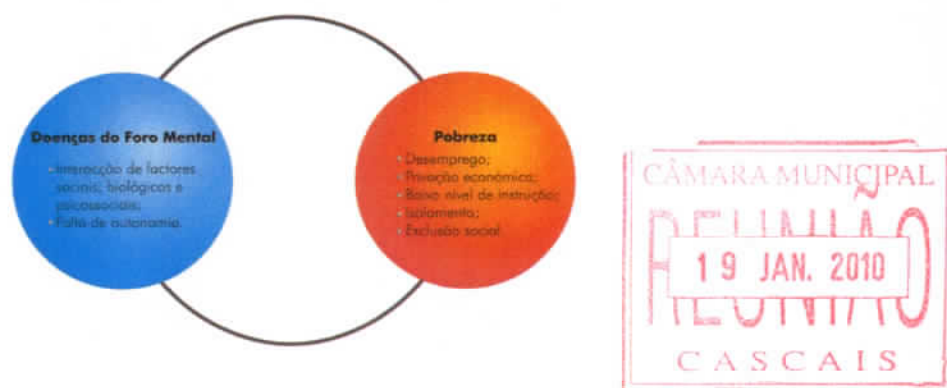
Dentro das pessoas com problemas de saúde mental, as *doenças de foro mental e psiquiatria em geral* registam uma elevada importância, na medida em que se encontram profundamente associadas a domínios da saúde física e da vida social. Embora tenham sido negligenciadas durante muito tempo e exista uma persistência em não se atribuir à saúde mental a mesma importância que é dada à saúde física, este fenómeno atinge proporções elevadas. As perturbações de índole psiquiátrica apresentam-se como uma problemática complexa, uma vez que resultam da interacção de factores biológicos, psicossociais e sociais. Considerando que existe uma relação complexa e multidimensional entre pobreza e saúde mental, na medida em que as doenças de foro mental podem causar incapacidade prolongada de trabalhar, não existindo um apoio social efectivamente capaz de proporcionar a estas pessoas o mínimo de condições de vida, as pessoas que sofrem desta doença acabam por ser alvo de situações de exclusão social.



<sup>13</sup> Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

<sup>14</sup> Ponto Crítico: Atendendo a que não existem estatísticas de saúde mental disponíveis para a escala concelhia, a referência de base é o Censo Psiquiátrico de Portugal, de 2001.

Figura 26 – A relação entre as doenças de foro mental e a pobreza



O principal desafio que se coloca às políticas sociais é relativo à autonomia e dependência, uma vez que, em muitos casos, se trata de uma população que não consegue ser auto-suficiente manifestando um conjunto de necessidades primárias.

O segundo grupo de análise dentro da população com problemas de saúde mental é a *população com comportamentos aditivos*, isto é, pessoas com problemas de saúde mental derivados do consumo de álcool ou estupefacientes. Este constitui um importante problema de saúde, na medida em que daí decorrem problemas que interferem com variados aspectos da vida do indivíduo e da comunidade, desde o âmbito de saúde individual, passando pela família, pelo campo laboral e escolar até às repercussões que o fenómeno tem em toda a sociedade.

De acordo com os dados da Direcção-Geral de Saúde regista-se a nível nacional uma acentuada dependência de consumos de álcool e de estupefacientes com incidência em grupos etários cada vez mais jovens. Assim, é necessário uma tipologia de intervenções sociais mais diversificadas e simultaneamente mais precoces. A Carta Social confronta-se com um duplo desafio que consiste em conduzir esta população para tratamento e promover a sua inserção num novo meio social.

### ***Pessoas Contagiadas com Doenças Transmissíveis***

As doenças transmissíveis constituem uma das maiores preocupações ao nível da saúde, porque algumas destas doenças surgiram recentemente e, como tal, as suas causas e consequências são ainda pouco conhecidas. Por outro lado, o facto de para muitas delas ainda não se ter descoberto a cura e as suas formas de difusão serem numerosas, assim como o facto de existirem poucos factores capazes de barrar o efeito de contágio, torna a questão uma problemática relevante. Subsequentemente, tendem a desenvolver-se sensações de medo e estereótipos face à população contagiada, o que gera exclusão social.

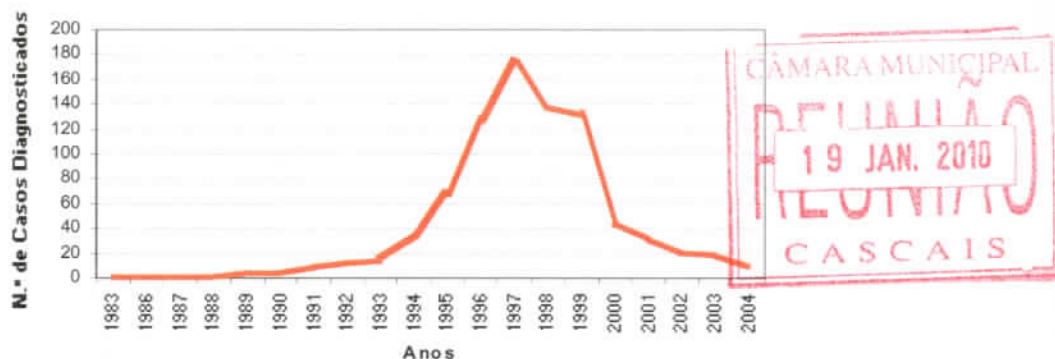
À escala da Grande Lisboa<sup>15</sup>, de acordo com as estatísticas de casos notificados de declaração obrigatória, relativos ao ano de 2003, da Direcção-Geral de Saúde, verifica-se que a doença transmissível com maior incidência é a tuberculose respiratória. Esta patologia corresponde a 65% do total de casos notificados. Em termos etários, a população jovem adulta, com idades compreendidas entre os 24 anos e os 44 anos de idade, é a mais afectada por estas doenças.

Porém, importa analisar com algum detalhe o HIV/SIDA (que só muito recentemente se tornou numa doença de declaração obrigatória), na medida em que esta doença tem registado um ritmo de difusão

<sup>15</sup> Ponto Crítico: Não se encontram disponíveis estatísticas para as doenças de notificação obrigatória à escala concelhia.

muito elevado. Em Cascais, no ano de 2004, existiam 270 pessoas infectadas com o vírus da SIDA (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida), no entanto, verificou-se que, após se ter registado um crescimento significativo dos casos diagnosticados ao longo da década de noventa, nos últimos anos se tem observado um decréscimo acentuado.

**Figura 27 – Evolução do número de casos de SIDA diagnosticados, entre 1983 e 2004, em Cascais (nº)**



Fonte: Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.

De acordo com o Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis (CVEDT), do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, em 2004, no concelho de Cascais, a SIDA registava uma incidência particularmente relevante nos indivíduos com idades entre os 24 anos e os 44 anos (83,9%), à semelhança do constatado anteriormente em relação à tuberculose respiratória. Segundo o CVEDT, esta doença infecto-contagiosa denota uma forte discrepância entre os sexos, visto que 71,5% da população afectada é do sexo masculino, e tem como principais grupos de risco, no que trata à transmissão desta patologia, os toxicodependentes (59,4%) e os heterossexuais (28,1%).

**Figura 28 – Casos diagnosticados, por tipo de notificação, no ano de 2004, em Cascais (%)**



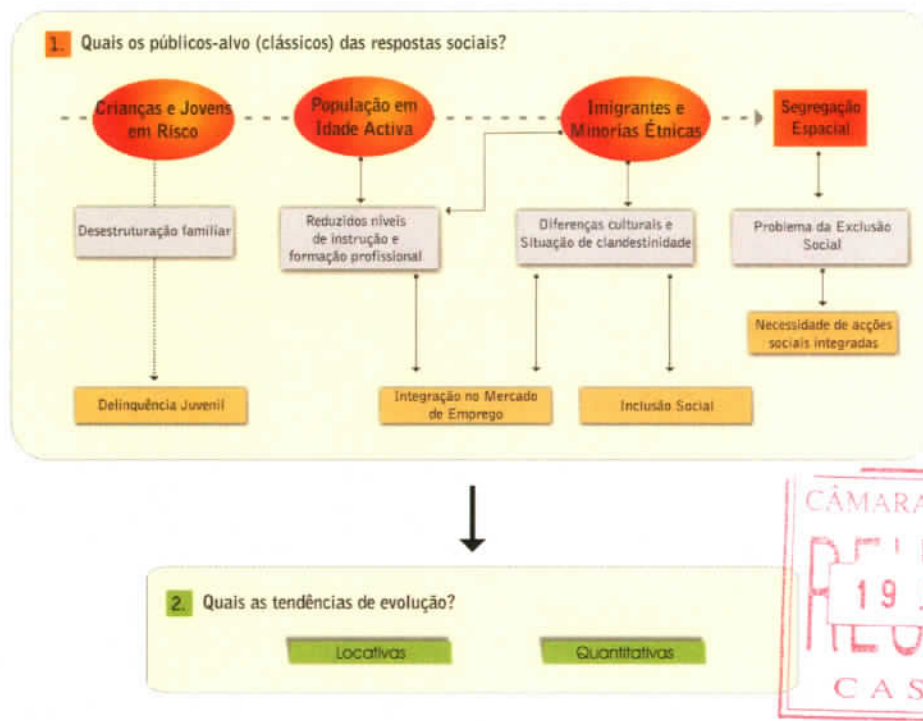
Fonte: Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

As pessoas afectadas por estas doenças encontram-se, na sua maioria, em situações de vulnerabilidade, por exclusão do seu meio familiar e social e por debilidade/fragilidade física e psíquica causada pela evolução da patologia. Deste modo, afirma-se a crucialidade da acção social como forma de assegurar a esta população acesso a um universo de Respostas Sociais capazes de promover uma redução dos factores de risco.



As áreas urbanas críticas apresentam uma diversidade de questões com relevância para a Carta Social. Embora nestes espaços se possam identificar vários grupos de indivíduos em situação de risco, as crianças e jovens, a população em idade activa e as minorias étnicas, justificam maior atenção.

**Figura 30 – Problemáticas centrais associadas às áreas urbanas críticas relevantes para a Carta de Equipamentos e Serviços Sociais**



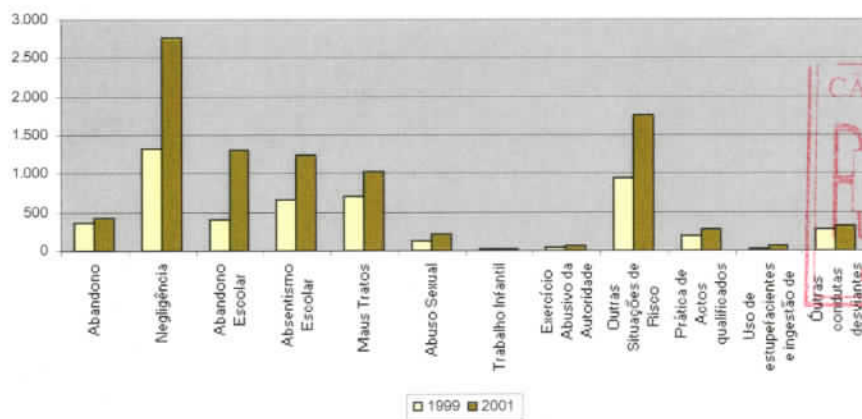
**Crianças e Jovens em Risco**

Esta abordagem dirige-se especificamente às crianças e jovens que se encontram em situação de risco. Considera-se que a criança ou o jovem está em risco quando se encontra numa situação de abandono ou entregue a si própria; quando sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; quando não recebe cuidados ou a afeição adequada à sua idade, dignidade e situação pessoal ou quando estes são prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; quando está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem a sua saúde, segurança ou o seu equilíbrio emocional; ou ainda quando assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação (Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo).

Por abranger situações tão distintas, esta questão apresenta um carácter transversal a diferentes contextos sociais, independentemente do estatuto económico ou dos padrões familiares, o que faz dela uma problemática, de análise e de resolução, complexa. Por conseguinte, embora as áreas urbanas críticas não registem uma relação directa com a ocorrência deste fenómeno, até porque se trata de uma realidade territorialmente fragmentada, constata-se que nestes espaços, as crianças e jovens estão com frequência sujeitas a uma matriz de situações de risco de componentes diversas, tais como precariedade económica, desestruturação familiar ou precariedade das condições habitacionais, que agravam e/ou acentuam esta problemática.

Nos últimos anos, de acordo com as estatísticas do Ministério da Justiça e com as informações apuradas em entrevistas a alguns agentes locais, designadamente, à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Cascais, registou-se no País e no Concelho de Cascais, um aumento significativo do número de denúncias de crianças e jovens em situação de risco. Esta evolução crescente ilustra o facto da sociedade, em geral, se encontrar melhor informada sobre esta questão e mais sensibilizada para a importância do período da infância, não significando que tenha existido necessariamente um aumento do número de crianças e jovens nesta situação. Para tal, em muito tem contribuído o trabalho desenvolvido por diversas entidades, que têm promovido várias acções de informação, divulgação e sensibilização para os direitos da criança e do jovem e elaborado estudos e projectos de prevenção.

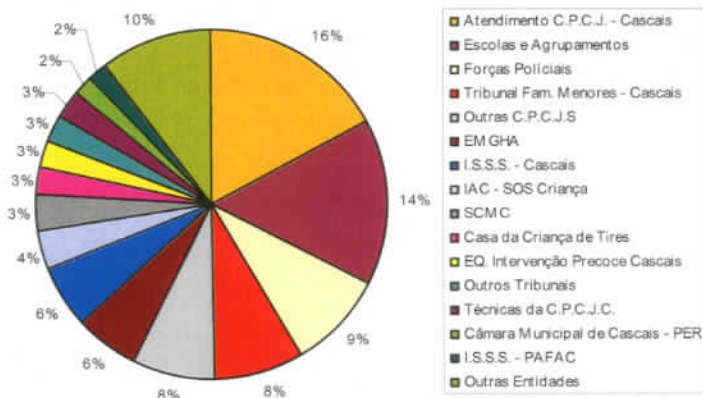
**Figura 31 – Problemáticas detectadas em crianças e jovens em risco, em Portugal, em 1999 e 2001 (nº)**



Fonte: Ministério da Justiça – Gabinete de Política Legislativa e Planeamento.

Concomitantemente, também no Concelho de Cascais a comunidade local tem demonstrado uma participação mais activa no combate a esta problemática, o que se pode validar, entre outros aspectos, pela multiplicidade de entidades que efectuaram sinalizações, com abertura de processo, no ano 2004.

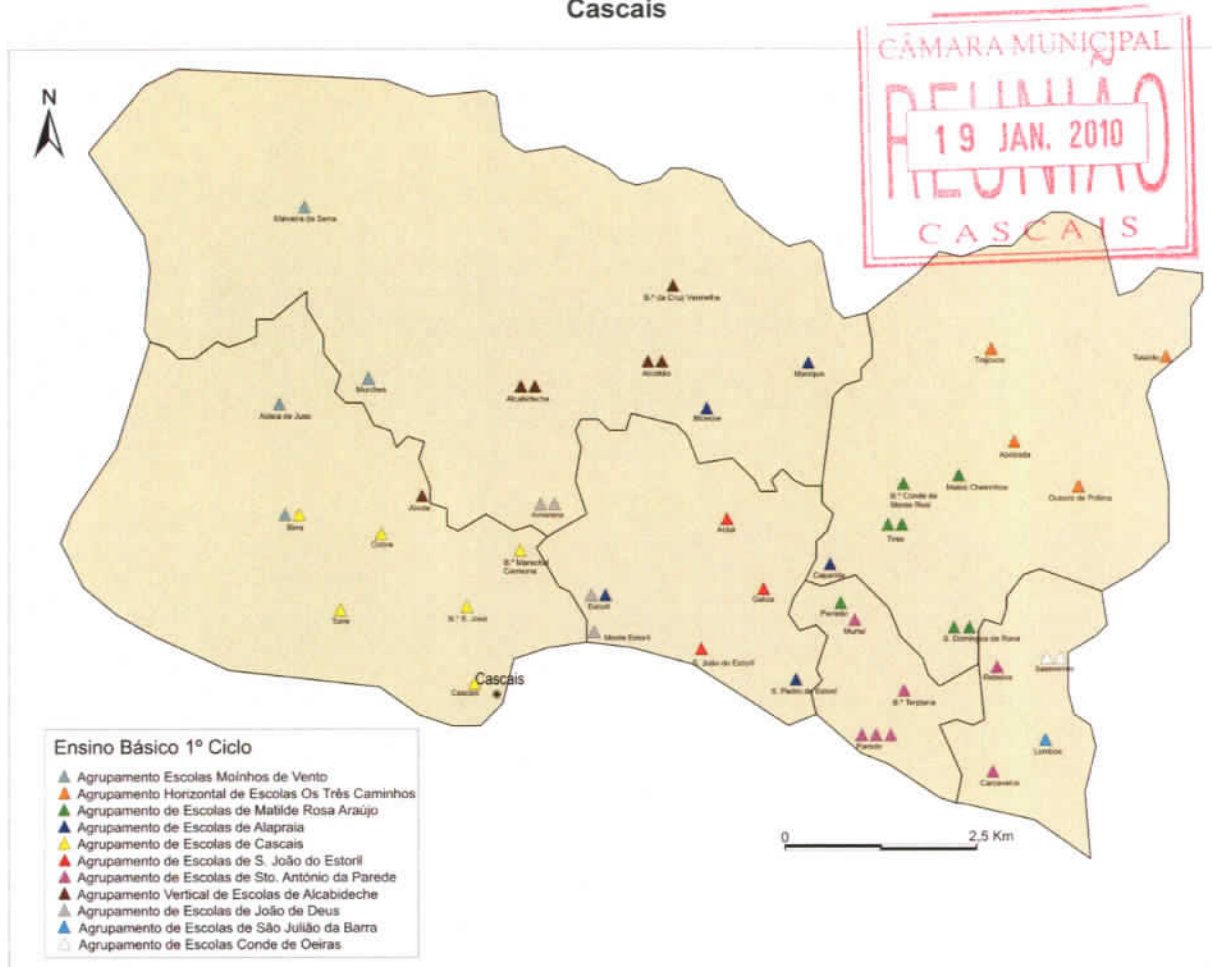
**Figura 32 – Entidades sinalizadoras com abertura de processo, no concelho de Cascais, em 2004**



Fonte: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Cascais.

De entre estas, destacam-se duas entidades, em particular, que correspondem à própria Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e às Escolas e os Agrupamentos Escolares, face ao elevado número de sinalizações efectuadas.

**Figura 33 – Rede de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, por agrupamento, no concelho de Cascais**



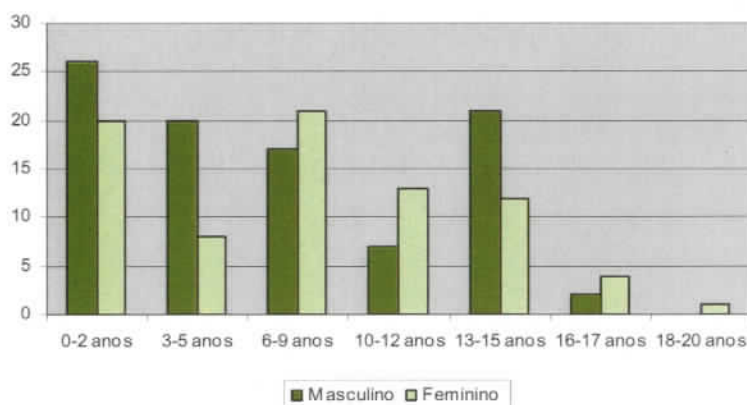
Fonte: Agrupamentos de Escolas de Cascais.

Tendo por base a informação estatística da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Cascais, constata-se que as crianças e jovens em situação de risco registam uma distribuição relativamente equitativa quanto à variável género, uma vez que das 172 sinalizações com abertura de processo, no ano 2004, 54% correspondiam a crianças e jovens do sexo masculino e 46% do sexo feminino.

A análise por faixa etária evidencia a predominância das situações de risco nas crianças e jovens mais novos, especialmente, entre os 0 e os 9 anos (65%), enquanto que a partir dos 16 anos, as sinalizações registam uma reduzida expressividade (4%). Esta situação pode ser explicada pelo facto das crianças e jovens de menor idade apresentarem uma capacidade de auto-defesa reduzida, o que as coloca naturalmente numa posição de maior vulnerabilidade face às múltiplas situações de risco.



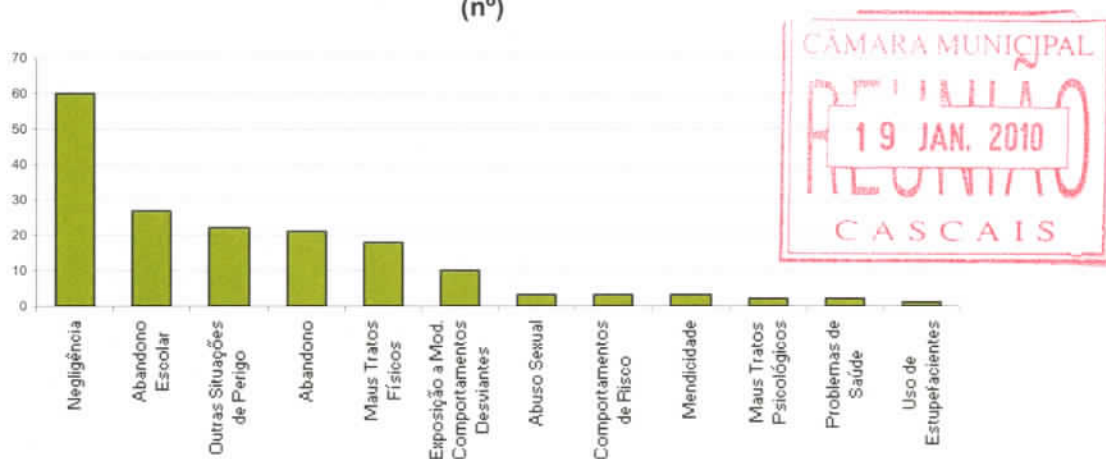
**Figura 34 – Crianças e jovens sinalizados com abertura de processo, segundo a faixa etária e o sexo, no concelho de Cascais, em 2004**



Fonte: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Cascais.

No que concerne à tipologia de problemáticas, que originaram sinalizações, registadas no concelho, verifica-se uma predominância de quatro situações de risco, em virtude do acentuado número de ocorrências registadas nestas. Tratam-se da negligência (35%), do abandono escolar (16%), do abandono (12,2%) e dos maus tratos físicos (10,5%), o que constitui um quadro global muito idêntico ao observado a nível nacional. No lado oposto, problemáticas como o abuso sexual, mendicidade ou maus tratos psicológicos constituem as tipologias de problemáticas que registam menor expressividade no contexto concelhio (1,7%, 1,7% e 1,2%, respectivamente).

**Figura 35 – Ocorrências segundo a tipologia de problemáticas, no concelho de Cascais, em 2004 (nº)**



Fonte: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Cascais

De acordo com a informação do Ministério da Justiça – Instituto de Reinserção Social, em 2000, os territórios com maior incidência de casos de delinquência juvenil no Concelho de Cascais eram o Bairro das Marianas, um núcleo de barracas cujo processo de realojamento foi encetado em finais década de noventa e que neste momento se encontra na sua fase terminal, o Bairro da Cruz Vermelha que, constitui um empreendimentos PER criado também no final dos anos noventa e ainda o Bairro do Fim do Mundo, um extenso aglomerado de barracas situado em São João do Estoril.

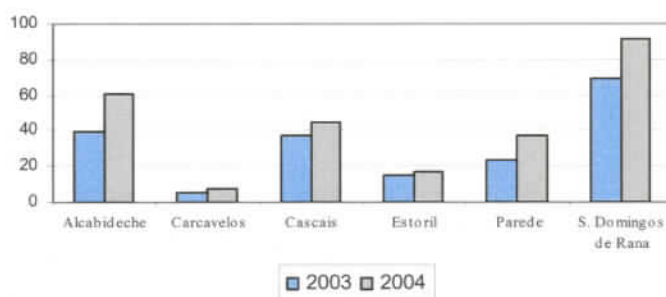
As Respostas Sociais destinadas a crianças e jovens em risco revestem-se de grande importância, na medida em que, muitas vezes, são as únicas formas de proporcionar a esta população, estruturas de vida tão próximas quanto possível às das famílias e possibilitar a criação de condições para a definição da sua personalidade, equilíbrio psicológico, projectos de vida assim como de assimilação de valores e princípios sociais, factores fulcrais para que estes não enveredem por trajectórias marcadas pela delinquência e criminalidade.

### **População em Idade Activa com Vulnerabilidade Sócio-Económica**

A população em idade activa residente em áreas urbanas críticas apresenta uma matriz de carências e problemas com alguma gravidade, dada a sua natureza estrutural. De um modo geral, esta população regista percursos profissionais que se caracterizam por uma inserção precária, marcada pelo desemprego, por actividades não qualificadas e baixos salários, aspectos estes que se encontram em estreita articulação com os reduzidos níveis de instrução e ausência de formação profissional. Este quadro sócio-económico dá visibilidade à vulnerabilidade e, subsequente, dependência de apoio social desta população.

O rendimento social de inserção expressa esta evidência. Tendo por base este indicador, constata-se que, em Cascais, tem ocorrido um aumento do número de famílias desfavorecidas. Somente no período entre 2003 e 2004 registou-se um acréscimo de 37,2% das famílias beneficiárias deste apoio social. Segundo uma leitura territorial, constata-se que as freguesias de São Domingos de Rana e Alcabideche são aquelas que registam maior número de beneficiários, contrastando especialmente com as freguesias de Carcavelos e Estoril, onde este fenómeno tem pouca expressividade.

**Figura 36 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, por freguesia do concelho de Cascais, em 2003 e 2004 (nº)**

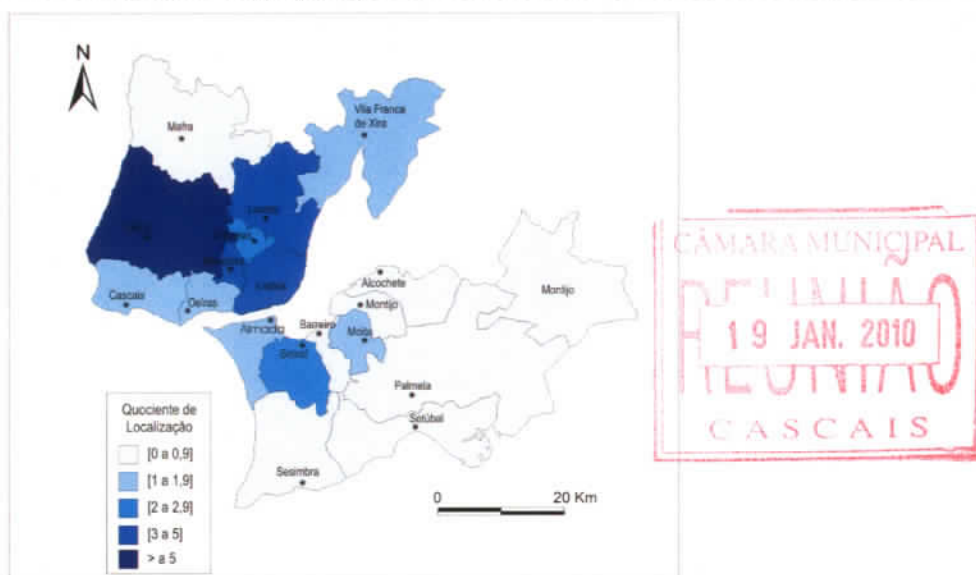


Fonte: Gabinete de Estatística da Câmara Municipal de Cascais, DGEEP, Carta Social

Assim sendo, a Carta Social deve não só contemplar um conjunto de Respostas Sociais que procurem responder às carências da população que se encontra nesta situação, como também procurar implementar medidas que visem a integração desta população em idade activa no mercado de trabalho, de modo a que estas possam satisfazer um conjunto de necessidades das suas famílias e assim evitar-se uma reprodução geracional da pobreza.



Figura 38 – Quociente de Localização da população com nacionalidade PALP na AML, em 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.

Em 2001, com base nos índices de segregação das principais nacionalidades, verifica-se que os imigrantes paquistaneses são os que se encontram espacialmente mais segregados (36,7), o que se explica pela sua reduzida expressão numérica, no concelho como na AML. De seguida, surge a população da União Europeia, com uma segregação espacial de 32,3, o que se relaciona com os seus elevados níveis de instrução e condição económico-social, que lhes permite aceder às áreas residenciais pautadas por uma boa imagem social e situadas nos espaços mais aprazíveis do concelho. Com valores muito próximos encontra-se a população asiática não proveniente da China, Índia ou Paquistão (índice de segregação de 30,3), o que resulta de se tratar de um grupo de imigrantes muito restrito, que por isso tende a concentrar-se espacialmente. Pelo contrário, a população com nacionalidade dos PALP, embora tratando-se da mais numerosa no concelho, no seu todo regista um dos índices mais reduzidos (14,2), o que se explica pela longa e acentuada presença no Concelho de Cascais.

Quadro 12 – Índice de segregação para as principais nacionalidades, para a AML e Cascais, 1991 e 2001

Nacionalidades	Cascais	
	1991	2001
<b>Portugal</b>	25,0	17,3
<b>EU (15)</b>	29,7	32,3
<b>Europa de Leste</b>	43,1	6,3
<b>PALP</b>	35,0	14,2
Cabo Verde	36,9	21,3
Guiné-Bissau	67,3	52,6
Angola	17,2	7,7
S. Tomé e Príncipe	17,8	27,2
Moçambique	28,5	17,1
<b>Outros África</b>	28,4	18,5
<b>América do Norte</b>	28,2	23,1
<b>Brasil</b>	30,1	24,0
<b>Resto da Ásia</b>	30,4	30,3
China	18,6	11,3
Índia	48,8	24,9
Paquistão	70,2	36,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação, 1991 e 2001.

**Quadro 13 – Indicadores socioprofissionais dos principais grupos de nacionalidades em Cascais, em 2001 (%)**

Nacionalidade	Pequenos Patrões e Dirigentes de Pequenas Empresas		Independentes e Empregados da Administração, Comércio e Serviços		Independentes e Operários da Indústria		Independentes e Trabalhadores do Sector Primário		Trabalhadores Não Qualificados - Operários		Trabalhadores Não Qualificados - Terciário		Grandes Empresários e Quadros Dirigentes		Outros		Taxa de Inactividade
	Pequenos Patrões e Dirigentes de Pequenas Empresas	Independentes e Empregados da Administração, Comércio e Serviços	Independentes e Operários da Indústria	Independentes e Trabalhadores do Sector Primário	Trabalhadores Não Qualificados - Operários	Trabalhadores Não Qualificados - Terciário	Grandes Empresários e Quadros Dirigentes	Outros									
Total	7,15	25,61	29,76	13,98	0,84	2,06	11,82	6,42	2,36	46,93							
Portugal	7,15	25,55	31,05	13,55	0,84	1,77	11,59	6,19	2,32	47,26							
EU - 15	10,77	43,66	16,00	3,98	0,81	0,59	2,43	19,32	2,43	51,15							
Europa de Leste	2,60	17,53	9,09	29,87	1,46	19,81	15,26	3,08	1,30	14,21							
Resto da Europa	12,28	36,84	14,04	5,26	0,00	1,75	7,02	22,81	0,00	62,00							
PALP	2,91	4,19	11,24	37,73	1,00	8,58	30,20	1,76	2,38	33,76							
Outros África	12,28	15,79	12,28	24,56	1,75	1,75	14,04	14,04	3,51	43,56							
América do Norte	4,51	47,37	10,53	6,77	2,26	2,26	3,76	12,78	9,77	55,96							
Brasil	7,05	29,48	20,93	16,10	0,83	3,83	11,72	7,38	2,67	28,84							
Resto da América do Centro e Sul	10,67	29,33	16,67	10,00	0,67	0,67	18,00	9,33	4,67	35,34							
China, Índia e Paquistão	31,51	5,48	52,05	0,00	0,00	0,00	6,85	2,74	1,37	27,72							
Resto da Ásia	21,05	21,05	18,42	3,95	1,32	2,63	15,79	14,47	1,32	54,49							
Oceânia	6,25	62,50	18,75	0,00	0,00	0,00	0,00	12,50	0,00	44,83							
Dupla Nacionalidade e Outras Situações	9,02	35,83	22,83	8,44	0,58	1,39	8,06	10,31	3,55	56,75							

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.



Nas áreas urbanas críticas de Cascais, os imigrantes das diversas nacionalidades não registam a mesma expressividade. Os nacionais dos PALP são aqueles que tendencialmente se encontram mais sobre-representados nestas áreas, o que se explica pelos reduzidos níveis de instrução e baixos padrões económico-sociais (37,7% são trabalhadores independentes e operários da indústria e 30% são trabalhadores não qualificados do terciário), que no início do seu processo de imigração condicionou o seu acesso a habitações condignas e fomentou a criação de grandes extensões de bairros de barracas, recentemente alvos de PER.

No pólo oposto estão os cidadãos dos Estados-Membros da União Europeia e da América do Norte, que pelo seu perfil sócio-profissional consideravelmente mais qualificado (44% são pequenos patrões independentes e quadros técnicos de áreas intelectuais e científicas), dispõem de condições económicas e sociais mais elevadas que lhes permitem aceder a um mercado de habitação de grande qualidade. De igual modo, também os brasileiros não apresentam expressividade nas áreas urbanas críticas, pois estes tendem a situar-se em áreas mais valorizadas, como sendo as faixas costeiras das freguesias de Cascais e Estoril, o que, uma vez mais se relaciona com o seu perfil socioprofissional. Os cidadãos de Leste e Asiáticos não têm incidência nestes espaços, porque se enquadram numa vaga de imigração relativamente recente e, como tal, não foram abrangidos pelos PER, nem sustentam grandes aglomerados populacionais.

**Quadro 14 – População recenseada pelo PER – freguesias de Cascais, 1993**

<i>Pais de Origem</i>	Concelho	Alcabideche	Cascais	Estoril	Parede	São Domingos de Rana	Carcavelos
Angola	218	27	27	50	94	19	1
Brasil	5	0	5	0	0	0	0
C.E. (exc. Portugal)	9	0	2	6	1	0	0
Cabo Verde	775	58	54	88	468	99	8
Guiné	792	0	4	230	548	10	0
Moçambique	18	9	5	0	4	0	0
Portugal	3386	445	412	426	1332	582	189
S. Tomé e Príncipe	59	11	4	26	11	6	1
Outros	109	18	32	34	14	9	2

Fonte: Câmara Municipal de Cascais – Gabinete PER.

A análise do quadro seguinte, permite constatar que os imigrantes das diferentes nacionalidades não registam todos a mesma importância no contexto da Carta de Equipamentos e Serviços Sociais. De facto, verifica-se que do cruzamento de quatro domínios de indicadores (instrução, condições económicas, habitabilidade e mobilidade), os imigrantes dos PALP são os que registam globalmente a pior situação económica e social. Atendendo a tratar da comunidade de imigrantes mais numerosa no concelho, compete à acção social desenvolver um vasto e importante conjunto de mecanismos de integração social e no mercado de emprego, com vista à supressão de problemas que tendem a reproduzir-se de geração para geração.

Relativamente aos restantes imigrantes, verifica-se que as principais problemáticas identificadas são distintas em função das nacionalidades. Assim, enquanto os imigrantes do Leste Europeu se confrontam, sobretudo, com problemas de ordem económica (elevada taxa de desemprego), o que limita a sua mobilidade geográfica, os cidadãos asiáticos registam principalmente baixos níveis de instrução, o que condiciona a sua integração social. Os imigrantes da União Europeia, do Resto da Europa, da América do Norte e da Oceânia compõem o grupo de imigrantes que menor relevo tem na Carta Social, uma vez que apresentam os níveis de instrução e as condições económicas, de habitabilidade e mobilidade mais elevadas.

Assim sendo, a Carta Social embora deva procurar responder a duas questões centrais do público imigrante – integração no mercado de trabalho e inclusão na sociedade portuguesa – em função das características de cada grupo de nacionalidades, deverá desenvolver respostas específicas e com amplitudes distintas.



**Quadro 15 – Indicadores globais ilustrativos das carências dos principais grupos de nacionalidades em Cascais, em 2001 (%)**

Nacionalidades	Instrução			Condições Económicas				Habitabilidade			Mobilidade	
	Escolaridade Mínima Obrigatória (15 ou + anos)	Ensino Superior (20 ou + anos)	Taxa de Desemprego	Patrão/ Empregador	Alojamentos Não Clássicos	Alojamento Com Arrendamento Social	Alojamento Próprio	Empregado a trabalhar na Freg. Resid.	Empregado a trabalhar fora do Concelho			
<b>Total</b>	59,5	18,4	6,9	10,4	1,4	2,6	72,6	32,9	42,8			
<b>Portugal</b>	58,4	17,2	6,9	10,2	0,9	2,4	74,4	32,7	43,2			
<b>EU – 15</b>	87,0	54,9	4,6	17,5	0,4	0,7	51,3	28,7	52,2			
<b>Europa de Leste</b>	82,1	35,4	6,8	6,8	1,3	0,3	27,3	44,3	24,4			
<b>Resto da Europa</b>	79,8	50,5	1,8	26,8	0,0	0,0	51,7	20,4	59,2			
<b>PALP</b>	34,4	3,2	8,6	4,4	26,1	18,8	37,2	38,1	28,5			
<b>Outros países de África</b>	66,7	23,5	8,8	23,1	10,5	7,1	56,5	29,4	49,0			
<b>América do Norte</b>	87,6	61,5	6,0	11,2	1,0	0,7	50,3	27,1	59,3			
<b>Brasil</b>	78,1	29,3	6,3	16,1	0,7	1,3	32,2	38,0	35,7			
<b>Resto da América do Centro e Sul</b>	76,0	39,6	13,3	11,5	0,5	0,0	46,0	39,5	35,3			
<b>China, Índia e Paquistão</b>	56,8	11,1	1,4	31,9	0,0	0,0	57,7	84,3	10,0			
<b>Resto da Ásia</b>	86,7	50,0	3,9	26,0	0,0	0,6	46,1	32,9	47,1			
<b>Oceânia</b>	84,0	60,9	0,0	12,5	0,0	0,0	75,9	26,7	40,0			
<b>Dupla Nacionalidade e Outras Situações</b>	79,7	33,8	8,9	15,7	2,9	2,4	73,7	28,9	48,7			

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento da População e da Habitação, 2001.







### 3. PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS



### 3. PROJECCÕES DEMOGRÁFICAS

#### 3.1. Nota introdutória

Um dos principais objectivos da Carta Social consiste em promover uma adequação da rede de estabelecimentos e Respostas Sociais de modo a que, em cada momento, as ofertas sociais respondam à procura que se regista em cada um dos domínios e Respostas Sociais prestadoras de serviços de acção social. Este constitui um factor determinante para que a Carta Social seja, de facto, um instrumento capaz de promover uma melhoria da qualidade de vida e dos direitos sociais da população em geral.

Por conseguinte, com base na análise da evolução demográfica recente e das tendências de urbanização regional e local, é possível definir algumas das principais tendências e impactes da demografia na evolução da procura de equipamentos e Respostas Sociais concelhios. Aliás, independentemente do tipo de processo de planeamento municipal ou regional, a demografia assume-se como uma componente essencial, na medida em que constitui um dos pilares de sustentação do desenvolvimento territorial, geradora de fluxos migratórios e de novas necessidades de conceitos, cujos impactes se reflectem indubitavelmente na configuração espacial, designadamente, no que concerne à programação de equipamentos colectivos.

Assim sendo, torna-se evidente a necessidade de prospectivar os quantitativos populacionais a curto e médio prazo, de modo a identificarem-se, atempadamente, eventuais desfasamentos entre a oferta e a procura de equipamentos e Respostas Sociais de carácter social, ou outro tipo de problemas que daí advenham. Importa salientar que o estudo prospectivo possibilita ajustar a rede social às necessidades já sentidas pela população concelhia actual, mas também tem em conta os eventuais acréscimos de necessidades sociais resultantes da fixação de novos residentes. O modelo a adoptar nesta Carta Social destina-se a esse fim, na medida em que permite estimar a população por grupos etários, em diferentes momentos futuros.

Deste modo, serão realizadas projecções demográficas para 2011 e 2016, utilizando o Modelo *Cohort-Survival*. No estudo prospectivo, especialmente centrado nas seis freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grandes grupos etários, no período 1991-2001, para se prospectivar a sua evolução para o horizonte temporal 2001-2011 e, posteriormente, com base nestes dois intervalos temporais (1991-2001 e 2001-2011) desenvolveu-se o mesmo tipo de exercício para um segundo horizonte 2011-2016. Todavia, tendo em conta o contexto metropolitano, em que Cascais se insere, pautado por constantes fluxos espaciais, de carácter residencial ou para fins laborais, e dinâmicas sócio-económicas, com alterações consideráveis no modelo de desenvolvimento e ocupação do território, as projecções demográficas foram desenvolvidas segundo três cenários prospectivos: tendencial, expansionista e regressivo. Assim, as estimativas populacionais fornecem informação indicativa sobre o número de crianças, de jovens, de população em idade activa e de idosos, nesses dois horizontes temporais, o que permite construir um cenário prospectivo de procura de equipamentos e Respostas Sociais mais próximo da realidade.

#### 3.2. Metodologia adoptada: Modelo Cohort-Survival

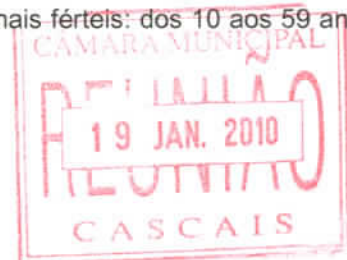
O modelo *Cohort-Survival* aberto corresponde a um modelo que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que está sujeito ao mesmo tipo de acontecimentos

demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Este modelo assenta em dois pressupostos de base, que são os seguintes:

- A existência de um grupo etário e um período de projecção, sendo que este deve corresponder à amplitude do primeiro;
- A probabilidade que um grupo tem, num determinado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte, num momento posterior. Aqui está subjacente uma equação de concordância onde a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os nascimentos e as migrações, e se subtraem os óbitos e as emigrações. Esta traduz o efeito do crescimento natural e da variação migratória, na evolução da população, num intervalo temporal.

Construiu-se o modelo, com o objectivo de prospectivar a população residente no concelho, no ano 2011 e 2016, a partir da evolução demográfica patenteada durante a década de noventa, a vários níveis, designadamente, estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade e saldo migratório. O primeiro passo metodológico centrou-se na recolha de informação estatística específica:

- População residente para todas as freguesias do concelho, por grupo etário, em 1991 e 2001;
- Nados-vivos por grupos etários das mães (grupos etários decenais férteis: dos 10 aos 59 anos), para cada freguesia, entre 1991 e 2001;
- Óbitos, por grupo etário, para todos os anos entre 1991 e 2000;
- Óbitos com menos de 1 ano, entre 1991 e 2000;
- Taxa de mortalidade infantil média do último quinquénio;
- Taxa de natalidade e mortalidade para as freguesias, o concelho, a Grande Lisboa e o Continente, em 1991 e 2001;
- Taxa de crescimento migratório para o Continente e Grande Lisboa, entre 1990 e 1998.



O primeiro cenário prospectivo a ser desenvolvido foi o *Cenário Tendencial*. Este foi encetado, tendo por base a população residente em 1991, o saldo fisiológico entre 1991 e 2001 e ainda a população recenseada em 2001, o que permitiu encontrar o saldo migratório e a respectiva taxa.

Seguidamente, elaboraram-se as taxas de natalidade específicas [(nados-vivos por grupo etário / população residente por grupo etário) \* taxa de sobrevivência infantil] e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário (1-(óbitos por grupo etário / população residente média do grupo etário na década)). Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar nos intervalos das projecções, consideraram-se os nados-vivos registados ao longo da década de noventa. As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para os períodos em projecção foram as registadas em 2001, aplicando-se, posteriormente, a probabilidade de sobrevivência (1 – taxa de mortalidade infantil). Através desta operação foi possível quantificar o número de nados-vivos que sobrevivem, sendo importante pelo facto de neste período da vida a mortalidade ser, comparativamente aos restantes, tendencialmente elevada, não obstante os inúmeros ganhos em saúde infantil registados no decurso das últimas décadas.

As taxas de migração utilizadas para a primeira década do século (2001-2011) foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas à população residente em 2001, pois considerou-se que a tendência se iria manter, ou seja, partiu-se do pressuposto de que na década posterior (2001-2011) o saldo migratório iria ser o mesmo, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2001.

A projecção num cenário tendencial corresponde à equação de concordância, traduzindo o efeito de crescimento natural e do saldo migratório na evolução da população (a população final, em cada uma das freguesias, é igual à população inicial ao que acrescem os nascimentos e as emigrações registadas ao longo da década).

Para projectar a população do primeiro escalão etário (0 aos 9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respectivo, em 2001. Os escalões etários seguintes correspondem ao produto da população residente em 2001, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação segue a mesma estrutura, no entanto, entra-se em linha de conta simultaneamente com o grupo etário anterior (60-69 anos) e o último (70 ou mais anos) que engloba o resto da população, visto tratar-se de um grupo etário aberto.

De seguida, construíram-se os *Cenário Expansionista e Regressivo*, tendo em conta a conjugação de múltiplos factores, nomeadamente, demográficos, económicos, sociais e as dinâmicas de desenvolvimento concelhias, regionais e nacionais. Os processos utilizados foram os referidos anteriormente, só que foram aplicados alguns pressupostos de base exteriores ao modelo, assumindo que alguns dos fenómenos demográficos poderão vir a sofrer comportamentos diferenciados nos próximos anos.

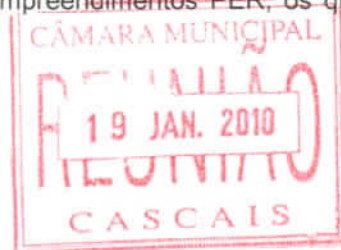
Nestes novos cenários, assume-se que as taxas de mortalidade, por grupo etário, irão estacionar, mantendo-se praticamente inalteradas até 2011 e 2016. Este pressuposto assenta na ideia corrente de que não é expectável que nos próximos anos, face ao nível de qualidade de vida global que atingimos, em particular no que concerne aos consumos alimentares, condições de habitabilidade e higiene, prestação e acesso aos cuidados de saúde e aos próprios desenvolvimentos da medicina laboratorial, que a esperança média de vida se venha a alterar significativamente. Tal facto é validado pela evolução recente das taxas brutas de mortalidade no país e no concelho, registando-se uma clara tendência para a estabilização, no decurso da última década<sup>16</sup>. Contudo, importa salientar que nem mesmo num cenário regressivo é equacionada a ocorrência de eventuais fenómenos anómalos, como sendo epidemias, catástrofes naturais ou situações idênticas, com efeitos acentuados sobre a mortalidade, uma vez que pela elevada amplitude da sua frequência ou desconhecimento de factos concretos que permitam prevêê-los, tal não é possível.

No *Cenário Expansionista*, para todas as freguesias do concelho, é assumido, por um lado, o crescimento da taxa de natalidade e, por outro lado, o incremento dos valores do saldo migratório. Todavia, os valores assumidos registaram uma maior ou menor variação relativamente às taxas de natalidade e migratória observadas em 2001, em função das características de cada freguesia.

Assim sendo, as freguesias de Alcabideche, Cascais e São Domingos de Rana correspondem aquelas a que foi atribuído o maior crescimento da natalidade e do saldo migratório, uma vez que são as que registam maior possibilidade de expansão urbana, ao que se encontra associada a fixação de casais jovens em idade de procriar, factor este com impactes directos na natalidade. Este facto é justificado pelo elevado número de novos fogos em licenças de construção emitidas entre 2001 e 2004 nestas freguesias (73% do total observado no concelho)<sup>17</sup>, assim como pela criação de inúmeras actividades económicas, previstas em planos de pormenor para estes espaços. Por outro lado, constata-se que é também nas freguesias de Alcabideche e de São Domingos de Rana que se têm construído, encontra em construção ou está prevista a edificação da maior parte dos empreendimentos PER, os quais se

<sup>16</sup> Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Portugal.

<sup>17</sup> Fonte: Câmara Municipal de Cascais, Gabinete de Estatística.



destinam a uma população em grande parte de origem estrangeira, sobretudo proveniente dos PALOP, a qual denota um padrão de fecundidade em média superior ao da população autóctone, o que em contribui para a especificidade destas freguesias. Deve referir-se, que a freguesia de São Domingos de Rana poderá mesmo, numa situação de expansão, ver o seu saldo migratório muito reforçado, face à concretização de algumas infra-estruturas rodoviárias previstas, bem como à proximidade ao concelho de Oeiras e em particular ao centro de inovação empresarial *Taguspark*.

As freguesias do Estoril e da Parede, pelas suas estruturas etárias observadas em 2001 (onde se registam os valores percentuais mais elevados da população com 65 ou mais anos e os mais baixos da população em idade activa, assim como de população jovem) e pelo seu tecido urbano mais consolidado, foram atribuídos menores acréscimos na taxa de natalidade e na taxa migratória. Com efeito, entre 2001 e 2004 foram apenas emitidas para estas freguesias 16,8% dos novos fogos em licenças de construção e, em termos de projectos previstos, estes resumem-se a unidades hoteleiras e pequeno comércio.

Numa posição intermédia encontra-se a freguesia de Carcavelos, onde o acréscimo das taxas de natalidade e migratória assumido não foi tão relevante como nas freguesias de Alcabideche, Cascais ou São Domingos de Rana, mas também não foi tão baixo no Estoril ou na Parede. Os valores adoptados são justificados pela sua estrutura etária actual, marcada pela preponderância da população jovem em relação aos idosos, pelo facto de registar 10,6% dos novos fogos em licenças de construção emitidas, entre 2001 e 2004, mas não também por não se encontrarem previstas importantes dinâmicas ao nível das actividades económicas ou das infra-estruturas de apoio.

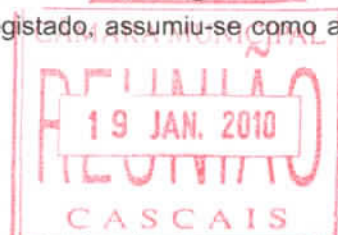
No *Cenário Regressivo*, para todas as freguesias do concelho, assumiu-se um decréscimo da taxa de natalidade e da taxa migratória, com excepção da freguesia de São Domingos de Rana. Uma vez mais as taxas adoptadas tiveram um maior ou menor incremento relativamente às taxas observadas em 2001, em função das características de cada freguesia.

Os factores explicativos anteriormente expostos para cada freguesia serviram de base também para a escolha das taxas de natalidade e migratória neste cenário. Assim as freguesias que do ponto de vista económico, demográfico e urbano registam um maior dinamismo, nomeadamente Cascais e Alcabideche, foram alvo de reduções menos significativas, enquanto que às freguesias de Carcavelos, Estoril e Parede atribuiu-se uma redução mais acentuada da taxa de natalidade e migratória. A freguesia de São Domingos de Rana, pelo crescimento relevante que tem registado, assumiu-se como aceitável para este cenário hipotético uma estagnação das duas taxas.

### 3.3. Análise dos resultados prospectivos

Assim sendo, obtiveram-se três tipos de estimativas populacionais (tendencial, expansionista e regressivo), segundo grupos etários decenais, para cada uma das seis freguesias do concelho, para um curto e médio prazo, 2011 e 2016 respectivamente.

Para 2011, num Cenário Tendencial, isto é, mantendo-se os mesmos factores demográficos, económicos, sociais e de crescimento urbano que no período 1991-2001, espera-se que a população de Cascais cresça 8,8% (de 170.683 habitantes em 2001 passe para 185.750 habitantes), o que representa um crescimento mais moderado do que o registado na década anterior (variação populacional de 11,3%). Porém, numa análise desagregada por freguesias observam-se ritmos de crescimento diferenciados. É na freguesia de São Domingos de Rana que os quantitativos populacionais registarão a



maior variação (16,9%), à qual se seguem as freguesias de Alcabideche e de Cascais, ambas com a mesma variação populacional (14,6%). Nas freguesias do Estoril e da Parede a tendência de decréscimo populacional continuará a acentuar-se, embora os valores percentuais do Estoril (-2,2%) sejam claramente menos significativos do que os da Parede (-17,4). Uma vez mais a freguesia de Carcavelos tenderá a manifestar uma posição intermédia, reflectindo os valores médios concelhios (variação populacional de 8,8%).

Segundo uma leitura por grupos etários decenais, verifica-se que a população infantil (0-9 anos) e a população jovem (10-19 anos) tenderá a diminuir ligeiramente, em todas as freguesias. No entanto, é nas freguesias de Alcabideche, Cascais e São Domingos de Rana que estes grupos etários continuaram a registar valores percentuais mais significativos. Concomitantemente, o envelhecimento populacional, assim como o índice de dependência de idosos, tenderá a acentuar-se em todo o concelho, ainda que com particular incidência nas freguesias do Estoril (29,4% do universo populacional da freguesia terá 60 ou mais anos, em 2011) e da Parede (35,4%). As freguesias de São Domingos de Rana, em particular, e de Alcabideche serão aquelas onde a proporção de idosos será menor (21,3% e 25,5%). Por conseguinte é nas freguesias de São Domingos de Rana, de Cascais e de Alcabideche que a população em idade activa regista maior expressão e, como tal, é também nestes territórios que o índice de dependência total será menor.

**Quadro 16 – Projecções demográficas, por freguesia, para 2011 A Cenário Tendencial**

Grupos Etários (anos)	Alcabideche	Carcavelos	Cascais	Estoril	Parede	S.D. Rana	Total Concelhio	Varição Populacional 2001-2011
0-9	3.617	2.131	4.432	2.886	2.331	4.359	19.756	16,1
10-19	2.713	1.959	2.029	1.463	554	5.445	14.163	-24,4
20-29	4.549	2.035	4.535	2.488	1.320	6.115	21.042	-20,1
30-39	5.784	3.326	5.167	3.331	1.942	8.108	27.658	8,3
40-49	5.387	3.489	5.713	3.250	1.612	8.932	28.383	16,0
50-59	5.115	3.065	5.550	3.006	1.757	7.532	26.025	11,0
60-69	4.716	2.809	5.063	3.138	2.193	5.754	23.673	32,6
70 ou +	4.569	2.979	5.624	3.688	3.013	5.177	25.050	44,9
<b>Total</b>	<b>36.450</b>	<b>21.793</b>	<b>38.113</b>	<b>23.250</b>	<b>14.722</b>	<b>51.422</b>	<b>185.750</b>	<b>8,8</b>

Fonte: Projecções Demográficas – CEDRU, 2005.

Depois de se terem obtido os “grandes números” tendenciais para o concelho e para cada uma das freguesias, para o horizonte 2011, desenvolveram-se os outros dois cenários demográficos: expansionista e regressivo.

Assim sendo, num Cenário Expansionista estima-se que a população do concelho registre um crescimento bastante acentuado (14,3%), passando de 170.683 habitantes para 195.113 habitantes. Numa análise comparativa por freguesia, evidencia-se a preponderância de Alcabideche e de São Domingos de Rana, com acréscimos populacionais na ordem dos 22%, ao qual se segue a freguesia de Cascais com uma variação populacional de 18,8% e a freguesia de Carcavelos, embora com um crescimento mais diminuto (10,9%). Relativamente às freguesias do Estoril e da Parede observa-se que, mesmo num cenário de crescimento demográfico e migratório eventualmente muito positivo, estas apresentariam valores muito reduzidos, ou seja, o Estoril conseguiria alcançar valores positivos (1,2%) enquanto que a Parede registaria à mesma um decréscimo populacional, embora mais moderado (-3,5%).

Tal como observado no Cenário Tendencial, também num Cenário Expansionista Cascais denota uma tendência para o envelhecimento da sua estrutura etária, pautada por um reforço dos valores

percentuais da população com 60 ou mais anos (25,5%), os quais ultrapassam significativamente a proporção de crianças e jovens (19,4%). Este é o padrão demográfico comum a todas as freguesias do concelho, ainda que as freguesias que já em 2001, tinham a base das suas pirâmides etárias mais amplas, nomeadamente, Alcabideche e São Domingos de Rana, neste cenário continuarão a registar um acréscimo menos significativo das camadas etárias mais envelhecidas.

Num Cenário Regressivo, isto é, em que a taxa de natalidade e a taxa migratória tendem a estabilizar ou mesmo a regredir, Cascais apresentará em 2011 um crescimento pouco relevante (1,5%). As freguesias mais dinâmicas, apresentarão aumentos populacionais muito reduzidos, nunca ultrapassando os 10%, enquanto que as freguesias mais envelhecidas, menos atractivas à fixação de casais em idade de procriar e com um tecido urbano mais consolidado, tenderão a registar decréscimos populacionais mais expressivos (Estoril e Parede).

Numa análise desagregada por grandes grupos etários, o aspecto mais relevante consiste no forte aumento da população idosa e, subsequentemente, no importante aumento do índice de envelhecimento (148), o que traduz uma pirâmide etária invertida. Neste cenário hipotético, a freguesia da Parede constituirá o território onde esta tendência alcançará maior expressividade, pois prevê-se um índice de envelhecimento de 253. No pólo oposto encontra-se São Domingos de Rana, onde a expressividade das camadas etárias mais jovens continuarão a manifestar-se e, como tal, o seu índice de envelhecimento não irá além dos 105.

**Quadro 17 – Projecções demográficas, por freguesia, para 2011 – Cenário Expansionista e Regressivo**

Grupos Etários (anos)	Alcabideche		Carcavelos		Cascais		Estoril		Parede		S. D. de Rana	
	Expan.	Regres.	Expan.	Regres.	Expan.	Regres.	Expan.	Regres.	Expan.	Regres.	Expan.	Regres.
0-9	4.425	3.502	2.398	1.638	4.779	4.215	3.086	2.374	2.428	1.607	5.256	4.638
10-19	2.908	2.365	1.968	1.936	2.204	1.327	1.742	1.501	1.168	510	5.542	5.158
20-29	4.884	3.954	2.045	2.008	4.669	4.669	2.525	2.493	1.543	1.304	6.271	5.659
30-39	6.083	5.229	3.361	3.229	5.238	5.238	3.397	3.340	2.367	1.911	8.278	7.609
40-49	5.713	4.808	3.536	3.361	5.869	5.089	3.260	3.252	2.072	1.579	9.245	8.012
50-59	5.422	4.570	3.075	3.036	5.706	4.926	3.025	3.009	2.127	1.731	7.715	6.992
60-69	4.025	4.641	2.814	2.793	5.169	4.637	3.163	3.142	2.361	2.361	5.823	5.551
70 ou +	5.191	3.462	3.016	2.879	5.869	4.648	3.868	3.670	3.136	3.004	5.348	4.675
<b>Total</b>	<b>38.651</b>	<b>32.531</b>	<b>22.213</b>	<b>20.880</b>	<b>39.503</b>	<b>34.749</b>	<b>24.066</b>	<b>22.781</b>	<b>17.202</b>	<b>14.007</b>	<b>158.478</b>	<b>148.294</b>

Fonte: Projecções Demográficas – CEDRU, 2005.

De acordo com os resultados prospectivos para o horizonte temporal 2016<sup>18</sup> conclui-se que relativamente a 2001, Cascais tenderá a continuar a registar um aumento dos seus quantitativos populacionais. Assim sendo, o Concelho de Cascais terá, num Cenário Tendencial, um crescimento populacional de 11,6% (190.453 habitantes), num Cenário Expansionista poderá ver os seus quantitativos populacionais aumentarem até 17,3% (200.234 habitantes), enquanto que num Cenário Regressivo esse acréscimo será apenas de 3,5% (176.737 habitantes). Todavia, estes são valores médios concelhios, como tal, numa leitura por freguesia, verifica-se que as freguesias que nas estimativas populacionais para 2011 manifestaram maior dinamismo tenderão a mantê-lo a médio prazo, enquanto que as freguesias que se apresentaram menos atractivas e, que por isso, observaram uma diminuição do número de habitantes, registarão um comportamento idêntico. Todavia, e uma vez mais, os valores tenderão a oscilar em função do cenário em questão.

<sup>18</sup> Ponto Crítico: Importa referir que, em termos metodológicos, as estimativas populacionais para 2016, resultam de cálculos específicos a partir dos resultados obtidos nas projecções desenvolvidas para o horizonte temporal 2021.

Para o ano 2016, acompanhando os fenómenos demográficos que se têm vindo a acentuar nas últimas décadas, continuará a registar-se um aumento da proporção de população idosa, uma diminuição das faixas etárias mais jovens, um aumento do índice de envelhecimento e de dependência dos idosos e progressivamente, uma capacidade decrescente de substituição das gerações, independentemente do tipo de cenário demográfico. Todavia, a incidência destes fenómenos tenderá a manifestar-se espacialmente de forma diferenciada, no contexto concelhio.

**Quadro 18 – Projeções demográficas, por freguesia, para 2016 – Cenários Tendencial, Expansionista e Regressivo**

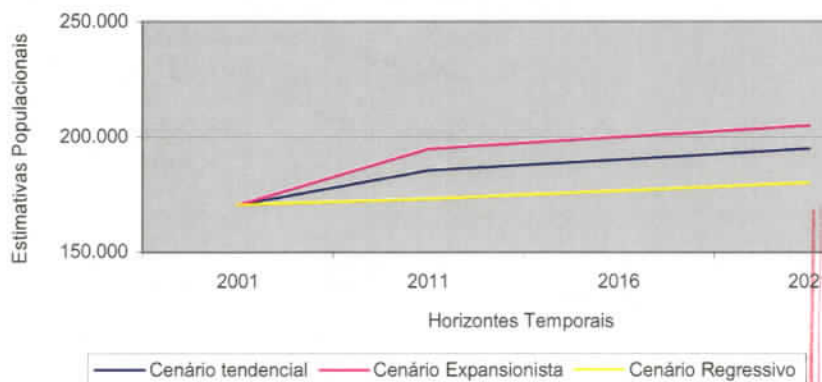
Unidade Geográfica	Grupos Etários								Total
	0-9 anos	10-19 anos	20-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60-69 anos	70 ou mais anos	
<b>Alcabideche</b>									
Tendencial	3.607	2.901	3.889	5.430	5.962	5.550	5.200	5.794	38.333
Expansionista	4.294	3.110	4.175	5.710	6.322	5.883	4.438	6.597	40.529
Regressivo	3.478	2.529	3.380	4.909	5.321	4.959	5.117	4.364	34.057
<b>Carcavelos</b>									
Tendencial	2.016	1.998	2.037	2.780	3.613	3.300	2.900	3.623	22.267
Expansionista	2.309	2.007	2.048	2.809	3.661	3.311	2.906	3.669	22.720
Regressivo	1.703	1.974	2.010	2.699	3.480	3.269	2.884	3.496	21.515
<b>Cascais</b>									
Tendencial	4.423	2.398	3.521	5.029	5.940	6.151	5.554	6.823	39.839
Expansionista	4.729	2.606	3.625	5.098	6.102	6.324	5.670	7.125	41.279
Regressivo	4.202	1.569	3.625	5.098	5.291	5.459	5.087	5.614	35.945
<b>Estoril</b>									
Tendencial	2.653	1.699	1.999	2.832	3.245	3.051	2.952	4.029	22.460
Expansionista	3.042	2.023	2.029	2.888	3.255	3.070	2.975	4.228	23.510
Regressivo	1.909	1.743	2.003	2.839	3.247	3.053	2.955	4.008	21.757
<b>Parede</b>									
Tendencial	1.926	723	882	1.467	1.481	1.481	1.841	3.080	12.881
Expansionista	2.414	1.525	1.031	1.789	1.903	1.792	1.982	3.206	15.642
Regressivo	1.451	666	871	1.444	1.450	1.459	1.982	3.071	12.394
<b>S. Domingos de Rana</b>									
Tendencial	4.297	5.139	6.242	7.498	9.486	8.840	6.698	6.473	54.673
Expansionista	4.918	5.230	6.401	7.656	9.818	9.055	6.779	6.697	56.554
Regressivo	4.395	4.868	5.777	7.037	8.509	8.206	6.462	5.815	51.069
<b>Total Concelho</b>									
Tendencial	18.922	14.858	18.570	25.036	29.727	28.373	25.145	29.822	190.453
Expansionista	21.706	16.501	19.309	25.950	31.061	29.435	24.750	31.522	200.234
Regressivo	17.138	13.349	17.666	24.026	27.298	26.405	24.487	26.368	176.737

Fonte: Projeções Demográficas – CEDRU, 2005.

Assim sendo, a população do Concelho de Cascais continuará a crescer, no decurso dos próximos anos, como impacte directo do dinamismo que tem vindo a revelar, mas também pelo facto de se encontrar inserido numa grande aglomeração metropolitana, como é a AML. Porém, esse crescimento poderá oscilar, de forma mais ou menos positiva, em função das opções de desenvolvimento económico e territorial assumidas, capacidade de resposta e satisfação das necessidades das populações e oferta de padrões de vida mais sustentáveis, mas também da própria conjuntura regional e outros factores externos.





**Figura 39 – Síntese concelhia das projecções demográficas, para o concelho de Cascais, para 2011**

Fonte: Projecções Demográficas – CEDRU, 2005.



### 3.4. Cenários Demográficos: impactes na procura de Respostas Sociais

Com base nas projecções demográficas realizadas para o Concelho de Cascais, importa identificar-se seguidamente quais os impactes ao nível da procura de equipamentos e Respostas Sociais, em cada freguesia e cenário prospectivo, para os dois horizontes temporais.

Para tal, sucederam-se vários passos, nos quais se tiveram em conta três aspectos fulcrais:

- Critérios metodológicos utilizados na realização das projecções demográficas, para cada cenário, ao nível de cada horizonte temporal, em cada freguesia, designadamente, os *inputs* de natalidade e fluxos migratórios introduzidos, entre outras variáveis;
- Dois tipos de *outputs* derivados dos exercícios prospectivos, em particular, as variações populacionais, segundo uma leitura evolutiva, e as estruturas etárias, numa dupla lógica (intra-concelhia e comparativa);
- O tempo decorrido entre cada horizonte temporal, sendo que a análise prospectiva a médio prazo consiste num período de 10 anos, enquanto que no segundo horizonte temporal estão compreendidos apenas 5 anos.

Por conseguinte, desenvolveu-se uma matriz de impactes nas futuras procuras de Respostas Sociais, no contexto concelhio. Tendo em conta a metodologia inerente às projecções demográficas, a avaliação de impactes incide directamente em dois domínios de actuação: na infância e juventude e nos idosos. A avaliação de impactes varia entre *Forte*, quando as transformações demográficas exigem uma maior actuação no reordenamento e programação da rede de equipamentos, *Razoável*, quando as alterações demográficas registadas implicam acréscimos/reduções significativos na dotação da rede social, e *Fraco*, quando a componente demográfica promove apenas meros ajustamentos entre a oferta e a procura. Acresce ainda um quarto tipo de impactes – *Nulo* – sempre que se considere que os quantitativos populacionais não influenciem a rede de equipamentos e Respostas Sociais.

**Quadro 19 – Cenários demográficos e impactes na procura das Respostas Sociais**

Unidade Territorial	Domínio de Actuação	Horizonte Temporal 2011			Horizonte Temporal 2016		
		Cenário Regressivo	Cenário Tendencial	Cenário Expansionista	Cenário Regressivo	Cenário Tendencial	Cenário Expansionista
Alcabideche	Infância e Juventude	●	○	●	○	○	●
	Idosos	○	○	○	○	○	○
	Infância e Juventude	-	-	○	○	○	○
Carcavelos	Idosos	○	○	○	○	○	○
	Infância e Juventude	○	○	○	-	○	○
	Idosos	○	○	○	○	○	○
Cascais	Idosos	○	○	○	○	○	○
	Infância e Juventude	-	-	○	-	○	○
	Idosos	●	○	○	○	○	○
Estoril	Idosos	○	○	○	○	○	○
	Infância e Juventude	-	-	○	-	○	○
	Idosos	●	○	○	○	○	○
Parede	Idosos	○	○	○	-	-	○
	Infância e Juventude	-	-	○	-	-	○
	Idosos	●	●	●	●	●	○
São Domingos de Rana	Idosos	○	○	○	○	○	○
	Infância e Juventude	○	○	○	○	○	●
	Idosos	○	○	-	○	○	-

**Legenda:**

- Forte
- Razoável
- Fraco
- Nulo





## 4. ANÁLISE DA OFERTA DE EQUIPAMENTOS

## 4. ANÁLISE DA OFERTA DE EQUIPAMENTOS

### 4.1. Introdução

A rede de equipamentos sociais do Concelho de Cascais, tal como no restante território nacional, resulta do empenhamento e investimento de recursos públicos e privados de um amplo conjunto de instituições.

O recenseamento efectuado com o objectivo de localizar e caracterizar os equipamentos existentes no concelho processou-se em dois períodos. Numa primeira etapa, que decorreu entre Março e Julho, foram inquiridos 221 equipamentos através de inquérito postal e contacto telefónico. Numa segunda etapa, empreendida entre Outubro e Novembro, foram inquiridos mais 72 equipamentos quase exclusivamente de instituições Com Fins Lucrativos através de entrevistas presenciais. Assim, o recenseamento efectuado identificou 294 equipamentos sociais, geridos por 207 entidades, na sua maioria Instituições Com Fins Lucrativos.

Os equipamentos sociais instalados no concelho desenvolvem respostas em vários domínios sociais, consoante a população-alvo em causa. Como metodologia de análise foram considerados nove grandes domínios de actuação, designadamente:

- Infância e Juventude (I);
- Reabilitação e integração de pessoas com deficiência (II);
- Idosos (III);
- Família e comunidade (IV);
- Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias (V);
- Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA (VI);
- Pessoas em situação de dependência (VII);
- Pessoas com doença mental (VIII);
- Outros (IX).



Grande parte dos equipamentos possui uma acção transversal a vários domínios, para além de actuarem em múltiplas Respostas Sociais do mesmo domínio. São raros os casos em que um equipamento possui apenas uma Resposta Social, o que revela a preocupação das entidades gestoras em conseguirem responder eficazmente à multiplicidade de carências da população e à escassez da oferta.

O aumento do número de Respostas Sociais sedeadas no mesmo equipamento (dirigidas, ou não para a mesma população-alvo) traduz-se, em geral, num melhor aproveitamento das infra-estruturas, numa maior rentabilização dos recursos humanos e de ganhos para os diferentes utentes, pelo que esta tem sido uma opção assumida quer na concepção dos equipamentos, quer nas ampliações ou remodelações posteriormente efectuadas.

## 4.2. Padrão territorial de distribuição dos equipamentos e Respostas Sociais associadas

A rede de equipamentos sociais de Cascais apresenta uma irregular distribuição territorial destacando-se as freguesias de Estoril e de São Domingos de Rana por concentrarem um maior número de equipamentos. No entanto, devemos considerar na leitura deste padrão territorial que a área de influência dos equipamentos sociais é variável consoante a sua tipologia e a respectiva população-alvo. Ou seja, enquanto determinado tipo de equipamentos, em particular aqueles que servem um maior número de população, apresentam uma rede de actuação de nível local, outros, destinados a acolher respostas de grupos mais específicos, dada a menor dimensão da sua procura têm uma área de influência de nível municipal, ou supra-municipal localizando-se, na maioria das vezes, nos lugares mais centrais e que beneficiam de melhores acessibilidades. Dentro do primeiro grupo de equipamentos integram-se aqueles que respondem aos domínios da infância e juventude, dos idosos, da família e comunidade e das pessoas em situação de dependência. É nestes domínios que se espera que todas as freguesias estejam adequadamente dotadas.

Considerando este padrão territorial óptimo, verifica-se que a maior fragilidade decorre da escassa oferta de equipamentos dirigidos à população idosa, na freguesia de Carcavelos. A oferta de equipamentos vocacionados para o apoio à família e à comunidade é igualmente deficitária, afectando um leque mais amplo de freguesias, designadamente: Alcabideche, Carcavelos e Parede.

**Quadro 20 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por freguesia (nº)**

Freguesia	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
<b>Alcabideche</b>	<b>29</b>	<b>2</b>	<b>18</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>58</b>
CFL	2	0	6	0	0	0	0	0	1	9
SFL	27	2	12	2	1	0	2	1	2	49
<b>Carcavelos</b>	<b>25</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>46</b>
CFL	10	0	4	0	0	0	0	0	3	17
SFL	15	2	2	2	4	0	2	0	2	29
<b>Cascais</b>	<b>36</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>64</b>
CFL	18	0	8	0	0	0	0	0	1	27
SFL	18	1	7	4	2	1	1	0	3	37
<b>Estoril</b>	<b>30</b>	<b>8</b>	<b>17</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>75</b>
CFL	9	0	10	0	0	0	1	0	3	23
SFL	21	8	7	6	0	0	3	1	6	52
<b>Parede</b>	<b>18</b>	<b>4</b>	<b>16</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>52</b>
CFL	8	0	9	0	1	0	1	0	1	20
SFL	10	4	7	3	2	0	2	0	4	32
<b>São Domingos de Rana</b>	<b>36</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>69</b>
CFL	10	1	3	0	0	0	0	0	2	16
SFL	26	1	12	6	1	1	3	0	3	53
<b>Total Geral</b>	<b>174</b>	<b>19</b>	<b>87</b>	<b>23</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>31</b>	<b>-</b>
% Total	<b>59</b>	<b>6</b>	<b>30</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>-</b>

Fonte: Inquéritos CEDRU, 2005.

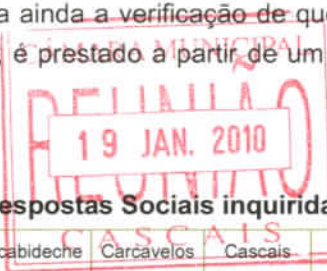
Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e Integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

NOTA: CFL= Com fins lucrativos; SFL – Sem fins lucrativos.



O grupo-alvo "Infância e Juventude" destaca-se, em termos de número de respostas existentes, com um grande peso de determinadas Respostas Sociais como os Centros de Actividades de Tempos Livres e as Ludotecas, bem como dos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e das Creches. O padrão de distribuição territorial apresentado por estes equipamentos é adequado face à distribuição espacial da população nestes grupos etários.

O Apoio a Idosos é o segundo domínio com maior volume de equipamentos, sendo maioritariamente constituído pela Resposta Social Centro de Convívio/Academia, logo seguida pelos Lares e Centros de Dia. Os domínios com menor representação na oferta são o V, VI, VII, VIII, uma vez que são respostas que abrangem uma população-alvo restrita com problemáticas muito específicas, de que é exemplo a população com comportamentos aditivos (V), os portadores de VIH/SIDA (VI), ou as pessoas com doença mental (VIII). Da análise efectuada resulta ainda a verificação de que o apoio domiciliário, uma Resposta Social transversal a todos os domínios, é prestado a partir de um número ainda reduzido de equipamentos.



**Quadro 21 – Equipamentos segundo as Respostas Sociais inquiridas, por freguesia (nº)**

		Alcabideche		Carcavelos		Cascais		Estoril		Parede		S. D. Rana		
		CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	
Infância e Juventude	I.1	Acolhimento Familiar												1
	I.2	Ama												1
	I.3	1	11	-	8	1	8	1	11	-	3	2	12	
	I.4	Centro de Acolhimento Temporário												2
	I.5	Centro de Férias												-
	I.6	Clube de Jovens												2
	I.7	1	7	6	3	14	5	3	7	7	3	7	8	
	I.8	Creche Familiar												4
	I.9	2	13	7	7	14	11	7	11	5	8	7	13	
	I.10	Lar de Crianças e Jovens												-
Reabilitação e integração de pessoas com deficiência	II.1	Acessibilidade ao banho de mar												-
	II.2	Atendimento/acompanhamento e actividades sócio-culturais												-
	II.3	Centro de Actividades Ocupacionais												-
	II.4	Centro de Apoio Sócio-educativo/educação especial crianças e jovens												1
	II.5	Centro de férias												-
	II.6	Lar de apoio /Lar residencial												1
	II.7	Transporte de pessoas com deficiência <sup>20</sup>												-
Idosos	III.1	Centro de Convívio/academia												10
	III.2	Centro de dia												3
	III.3	6	3	4	-	8	1	9	2	9	3	3	2	
	III.4	Residência												1
Família e comunidade	IV.1	Apoio alimentar												-
	IV.2	Atendimento a população imigrante												2
	IV.3	Atendimento a vítimas de violência												-
	IV.4	Bolsas alimentares												1
	IV.5	Centro comunitário/Centro de												2

<sup>19</sup> A Resposta Social "Ama", uma vez que é desenvolvida a partir dos respectivos domicílios, não foi caracterizada exaustivamente no que concerne às instalações. Os dois equipamentos assinalados dizem respeito ao Centro de Educação Infantil da Parede e ao Instituto da Sagrada Família, que desenvolvem simultaneamente outras respostas sociais. A outra instituição com Amas a cargo é o Serviço Local de Cascais do ISS, IP.

<sup>20</sup> A Resposta Social "Transporte de pessoas com deficiência" destinada a servir a comunidade é atribuição da CMC. Existem várias instituições com viaturas adaptadas que servem exclusivamente os seus utentes. (Ver Resposta Social II.7)

		Alcabideche		Carcavelos		Cascais		Estoril		Parede		S. D. Rana	
		CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL
	recursos												
	IV.6 Refeitório/Cantina Social	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-
	IV.7 Apoio Social Genérico	-	1	-	2	-	3	-	4	-	3	-	4
Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias	V.1 Apartamento de Reinserção Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
	V.2 Centro de atendimento e acompanhamento psicossocial	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	1
	V.3 Comunidade terapêutica	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
	V.4 Equipa de apoio social directo	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
	V.5 Grupo de auto-ajuda	-	-	-	1	-	2	-	-	-	2	-	-
	V.6 Unidade de dia	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA	VI.1 Centro de atendimento e acompanhamento psicossocial	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
	VI.2 Residência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Pessoas em situação de dependência	VII Apoio Domiciliário	-	2	-	2	-	1	1	3	1	2	-	3
Pessoas com doença mental	VIII.1 Centro Residencial	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	VIII.2 Fórum Sócio-ocupacional	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Outros	IX Outros	1	2	3	2	1	3	3	6	1	4	2	3
	<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>61</b>	<b>21</b>	<b>38</b>	<b>39</b>	<b>49</b>	<b>29</b>	<b>75</b>	<b>30</b>	<b>43</b>	<b>23</b>	<b>79</b>

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

**Quadro 22 – Equipamentos segundo as Respostas Sociais não inquiridas, por freguesia (nº)**

		Alcabideche		Carcavelos		Cascais		Estoril		Parede		S. D. Rana	
		CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL	CFL	SFL
I.3	Centro de Actividades de Tempos Livres e Ludotecas	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
I.7	Creche	-	-	-	-	3	-	1	-	-	-	-	1
I.8	Creche Familiar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
I.9	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	-	-	-	-	3	-	1	-	1	-	1	1
III.3	Lar	-	-	-	-	4	-	1	-	-	-	1	-
IV.4	Bolsas alimentares	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
V.2	Centro de atendimento e acomp. psicossocial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
V.4	Equipa de apoio social directo	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
V.5	Grupo de auto-ajuda	-	-	-	4	-	1	-	4	-	2	-	-
VII	Apoio Domiciliário	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

### 4.3 Entidades gestoras dos equipamentos

A gestão dos equipamentos implantados no concelho de Cascais é assegurada maioritariamente por entidades sem fins lucrativos, pertencentes à Rede Solidária. De facto, aos 100 equipamentos da Rede Privada, geridos por 98 entidades com fins lucrativos, contrapõem-se 194 equipamentos da Rede Solidária, geridos por 109 entidades distintas, sem fins lucrativos.



**Quadro 23 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por tipologia de entidade gestora (n.º)**

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total <sup>21</sup>	
<b>Entidade com fins lucrativos</b>	57	1	40	-	1	-	2	-	11	100	
<b>Entidade sem fins lucrativos</b>	117	18	47	23	10	-	13	2	20	194	
<b>Entidade sem fins lucrativos</b>	Associação	16	1	7	5	3	-	-	1	32	
	Cooperativa	6	5	-	-	-	-	1	-	12	
	IPSS	57	10	32	15	6	2	11	2	100	
	ONG	-	1	1	3	1	-	1	-	1	5
	Pessoa Colectiva Religiosa/Congregação Religiosa	4	-	-	-	-	-	-	-	3	6
	Pessoa Colectiva de utilidade pública e administrativa	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1
	<b>Pública e semi-pública</b>	32	1	6	-	-	-	-	-	-	38
	ISS, I.P. – C.D.S.S. Lisboa	2	1	2	-	-	-	-	-	-	5
	Junta de Freguesia de Alcabideche	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	Junta de Freguesia de Carcavelos	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
	Junta de Freguesia do Estoril	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5
	Ministério da Educação	18	-	-	-	-	-	-	-	-	18
	Ministério do Trabalho e Solidariedade Social	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	Junta de Freguesia de Cascais	1	-	4	-	-	-	-	-	-	4
Semi-pública Tutela do Ministério do Trabalho	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
<b>Total</b>	174	19	87	23	11	2	15	2	31	-	

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.

Nota: ISS, IP = Instituto de Segurança Social, IP.

Deste modo, as entidades sem fins lucrativos gerem 66% dos equipamentos, destacando-se claramente as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), como a tipologia dominante. As IPSS são as únicas instituições com carácter transversal aos diferentes domínios, estando representadas em todos estes. As Associações constituem o segundo grupo mais representativo, incluindo-se as de Imigrantes, de Solidariedade Social, Juvenis, de Beneficência, Culturais, Desportivas, etc.

Considerando os diferentes domínios de actuação dos equipamentos, as principais entidades gestoras são a Santa Casa da Misericórdia de Cascais, com um vasto leque de equipamentos e Respostas Sociais disperso pelo concelho, o Instituto de Segurança Social, com uma actuação igualmente dispersa, e o Centro Social Paroquial de São Domingos de Rana.

**Quadro 24 – Equipamentos segundo o domínio de actuação, por âmbito geográfico de actuação (%)**

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
Local	9	5	10	9	-	-	-	-	6	9
Freguesia	20	5	22	39	9	-	47	-	10	17
Concelho	44	32	20	17	18	50	20	50	42	35
Supra-concelho	12	21	14	9	-	-	13	50	10	13
Regional	2	5	5	-	-	-	7	-	3	3
Nacional	10	32	24	26	64	50	13	-	26	19
Outros	1	-	1	-	9	-	-	-	-	1
NR	2	-	5	-	-	-	-	-	3	3
<b>Total</b>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Inquérito CEDRU, 2005.

Domínios de actuação: (I) Infância e Juventude; (II) Reabilitação e integração de pessoas com deficiência; (III) Idosos; (IV) Família e comunidade; (V) Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias; (VI) Pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA; (VII) Pessoas em situação de dependência; (VIII) Pessoas com doença mental; (IX) Outros.



<sup>21</sup> A coluna Total não corresponde à soma dos domínios, uma vez que alguns equipamentos possuem vários domínios de actuação.